



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH VI

INDIRA EMANUELLE DE JESUS COSTA

**PRÁTICAS DISCURSIVAS NO FACEBOOK: A
CONSTITUIÇÃO DE SI E DO OUTRO**

CAETITÉ
2014

INDIRA EMANUELLE DE JESUS COSTA

**PRÁTICAS DISCURSIVAS NO FACEBOOK: A
CONSTITUIÇÃO DE SI E DO OUTRO**

Monografia apresentada ao Curso de Letras da
Universidade do Estado da Bahia – UNEB -
Campus VI – por Indira Emanuelle de Jesus
Costa, como exigência para obtenção do Grau
de Graduada, sob a orientação da Prof^a. Dr^a.
Mirian Oliveira Ribeiro.

CAETITÉ
2014

INDIRA EMANUELLE DE JESUS COSTA

**PRÁTICAS DISCURSIVAS NO FACEBOOK: A
CONSTITUIÇÃO DE SI E DO OUTRO**

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Mírian Oliveira Ribeiro – UNEB
Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Janaina de Jesus Santos
Examinadora

Prof^º. Mestre Baktalaia de Lis Andrade Leal
Examinador

*Para meus pais e minha avó Maria (in memoriam),
que me ensinaram a não permanecer em um
único lugar no discurso da vida.*

AGRADECIMENTOS

Obrigada Jesus! A força que vem de Ti é com certeza a base de todo esse trabalho.

Agradeço a minha professora e orientadora Mirian Oliveira Ribeiro pela paciência, comprometimento, estímulo e total apoio prestados.

Obrigada à minha mãe pelas palavras de incentivo, pelas orações e compreensão do tempo dedicado a essa pesquisa, bem como ao meu pai por apostar em mim a cada instante.

Sou grata a minha avó Maria (*in memoriam*) que me ensinou o valor do conhecimento e me inspirou a chegar até aqui.

A todos os meus colegas que sempre contribuíram com riquíssimas experiências, principalmente aos meus amigos Maurina Lima, João Victor e Joselino Rodrigues que dedicaram boa parte do tempo e carinho para acolher minhas singularidades, ajudar a me constituir em relação aos demais, além de me fornecerem alguns materiais necessários a esse trabalho. Jamais me esquecerei da parceria de vocês!

A Thiago Peixoto Fernandes, que me ajudou com inumeráveis textos, leituras e diálogos, além de atender sempre aos meus questionamentos e a Luis Resende, pelo resumo.

Obrigada ao meu querido Reynan Teixeira, porque ouviu tantas vezes as “novidades” dessa pesquisa, motivou-me no cansaço e no medo e acreditou em mim, mesmo quando eu duvidei.

Ao meu irmão que me auxilia quando necessário no desvelamento das novas tecnologias.

Reconhecimento aos mestres do curso de Letras Vernáculas: Edmilson Sena, Patrícia Pina, Rogério Soares, Rozânia Magalhães, Ricardo Tupiniquim, Rita Aparecida, Danilo Santos, Andréia Vilaça, Zélia Malheiro, Luciete Bastos, Angela Sampaio, Sandra Aparecida, Maria Célia Knopp, Edilson Miranda, Lucélia Magalhães, Gina Lúcia, Aparecida Brasileiro, Romar Dias, Luis Resende, Raimundo, Ana Maria, Esmeralda Meira, Jussara Ladeia que contribuíram de modo significativo para a minha formação, além de me indicarem valiosas referências.

As minhas amigas-irmãs Andresa, Taís, Cida, Júlia e Dani, pela preocupação, credibilidade e as orações a mim dedicadas, a fim de que eu alcançasse o propósito desse trabalho.

À equipe do SIP (Luíza, Elba e Sueli) que me acompanhou durante todo esse processo, compartilhando saberes e sabores.

À Sílvia Ysnar, pelos conselhos e amizade.

Aos meus alunos que me ensinam a “desaprender” a cada dia para dar lugar ao novo.

Enfim, a todos aqueles que estiveram presentes nessa jornada, principalmente aos meus amigos do Facebook, que direta ou indiretamente são parte de mim e do que alcancei, são minha rede de identidade. A vocês a minha estima e gratidão.

*Quanto mais eu sinta, quanto mais eu sinta como várias pessoas,
Quanto mais personalidade eu tiver,
Quanto mais intensamente, estridentemente as tiver,
Quanto mais simultaneamente sentir com todas elas,
Quanto mais unificadamente diverso, dispersadamente atento,
Estiver, sentir, viver, for,
Mais possuirei a existência total do universo,
Mais completo serei pelo espaço inteiro fora.*

[...]

*Sou uma chama ascendendo, mas ascendo para baixo e para cima,
Ascendo para todos os lados ao mesmo tempo, sou um globo
De chamas explosivas buscando Deus e queimando
A crosta dos meus sentidos, o muro da minha lógica,
A minha inteligência limitadora e gelada.*

(Álvaro de Campos)

RESUMO

Esta pesquisa pretende analisar a construção do sujeito, do si e do outro, mediante as práticas discursivas do Facebook, enquanto um instrumento de subjetivação e objetivação, tomando por base a linha francesa da análise do discurso (AD), principalmente sobre o enfoque foucaultiano e suas considerações acerca de técnicas de si, sujeito, relações de poder e política. Outras contribuições teóricas também integram esse dispositivo de pesquisa, por meio dos conceitos de mídia e rede social encontrados em Kellner (2001) e Lévy (1993/1994/1996). Assim, utilizamos o método pela linha teórica já mencionada, que requisita dois dispositivos: um teórico e outro analítico. Parafraseando Orlandi (2005), o primeiro refere-se ao arcabouço teórico que lhe é pertinente; enquanto o segundo pertence ao olhar do analista. Desse modo, há uma dialogicidade entre as partes, visando as análises supracitadas.

Palavras-chave: Facebook; discurso; constituição do sujeito; técnicas de si e do outro; relações de poder, política.

ABSTRACT

This work intends to analyze the subject construction, itself and the other by discursive practices of facebook as an instrument for subjectivation and objectivation. It takes its basis in French theory of discursive analysis, mainly in Foucault's thought and considerations about his techniques of self, subject, power relationships and politics. Another theoretical basis comes from media and social network concepts in Kellner (2005) and Levy (1993/1994/1996). So we use the method based on these theories which requires two devices; theoretical and analytic ones. Paraphrasing Orlandi (2005), the first one refers to theories that concern the theoretical view as the second one refers to an analytic one. This way there is a dialogicity between the parts that aim to analysis told before.

Keywords: facebook- discourse- subject construction-techniques of self and others- power relationship - politics

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 SURGIMENTO DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA – UM BREVE HISTÓRICO DA AD.....	13
1.1 DOIS “MICHEL’S”, DOIS DISCURSOS, “TRÊS ÉPOCAS”	17
2 SOBRE O SUJEITO FOUCAULTIANO E AS TÉCNICAS DE SI.....	24
2.1 AS TÉCNICAS DE SI E DO OUTRO.....	29
2.2 SUBJETIVAÇÃO E OBJETIVAÇÃO DOS SUJEITOS.....	39
2.3 SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO FACEBOOK E A CULTURA DA MÍDIA	43
3 O FACEBOOK E AS ESTRATÉGIAS DE CONSTITUIÇÃO.....	48
3.1 O DESEJO DE CONSTITUIR-SE – A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE GOVERNAMENTALIDADE	49
3.2 AS RELAÇÕES DE PODER E POLÍTICA NO DISCURSO DO FACEBOOK	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

Faz-se cada vez mais expressivo o uso das redes sociais como um espaço de vinculação de discursos e interação de linguagem, e conseqüentemente social. Pensar as redes sociais enquanto um espaço discursivo é pensar as formas pelas quais a linguagem é exercitada e como o discurso acontece. Mas é ainda pensar a constituição social desse discurso, o “lugar” de onde se fala e como os dizeres se estabelecem, é refletir sobre o meio midiático em questão.

Em meio às reflexões provocadas a respeito da cultura midiática, surgiu o seguinte problema de pesquisa: de que maneira os sujeitos sociais do Facebook utilizam as práticas discursivas para constituição do si e do outro, enquanto sujeitos políticos e de poder? São muitas as respostas que podem emergir diante desse questionamento. Entretanto, entendemos que os sujeitos contemporâneos utilizam as redes sociais como um espaço de dizeres (práticas discursivas), em cuja construção da identidade, as omissões, a decifração de si mesmo e as obrigações do dizer estabelecem diferentes formas e efeitos de inter-relações em rede e de ordem discursiva compreendidas, nesta pesquisa, como técnicas de si. Desse modo, as postagens realizadas no espaço do Facebook, revelam através da linguagem os sujeitos dos discursos.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar as redes sociais, mais especificamente o Facebook, como espaço de práticas discursivas e constituição de técnicas de si e do outro (subjativação e objetivação), estabelecendo relações de poder e política pelos e para os sujeitos.

Sob essa ótica, o discurso é entendido enquanto uma relação social de linguagem. Como afirma Eni Orlandi (1996, p.157-158): “[...] Estabelece-se, assim, pela noção de discurso, que o modo de existência da linguagem é social: lugar particular entre língua (geral) e fala (individual), o discurso é lugar social.”.

Logo, para fundamentar teoricamente este estudo, considerando as categorias técnicas de si, sujeito e relações de poder/política, recorreremos à linha foucaultiana da análise do discurso que salienta que o sujeito imerso em relações sociais, é iminentemente histórico-social e em sua liberdade desenvolve técnicas discursivas segundo o lugar de que fala (FOUCAULT, 2004). Essas técnicas são, de alguma sorte, utilizadas como estratégias de constituição e exercício do poder/política, como podemos perceber em Foucault (1979/1994/2004/2010).

Michel Foucault se insere na Análise do Discurso principalmente com objetivo de “definir um caminho novo no campo ocupado pela tradicional história das ideias...” (HENRY, 1997, p.33), pois o sujeito foucaultiano é o sujeito da ordem do discurso. E é nessa linha de análise do discurso francesa (AD) que baseamos esse estudo.

O método utilizado é definido em análise do discurso conforme dois dispositivos: um analítico e outro teórico, segundo Orlandi (2005). Para ele: “a natureza dos materiais analisados, a questão colocada, as diferentes teorias dos distintos campos disciplinares – tudo isso constitui o dispositivo analítico construído pelo analista.” (ORLANDI, 2005, p. 28). Cada análise porém, é distinta, como afirma o mesmo autor. Vale salientar que uma das etapas citadas por Orlandi (2005) na construção do dispositivo analítico é a da fundamentação com base em diferentes teorias dos distintos campos disciplinares. Não com o intuito de contradizer-se, mas de confrontá-los e enriquecer dessa forma o objeto de análise.

Assim, valemo-nos das teorias foucaultianas sobre o sujeito, o cuidado de si e o poder e além de Foucault, buscamos outros teóricos que nos ajudam a entender os conceitos de mídia e redes sociais (ou cyberspaço), dentre os quais se destacam Douglas Kellner (2001) e Pierre Lévy (1993/1994/1996). Esse último mantém em diversos momentos de sua teoria uma intrínseca aproximação das contribuições foucaultianas, elencadas para essa pesquisa.

A fim de compor o dispositivo analítico, lançamos o olhar sobre fragmentos discursivos que foram extraídos através da página pessoal: www.facebook.com/indira.emanuelle, a partir da postagem de usuários e comunidades que incorporam a rede de amigos a que se tem acesso. Todavia, apesar de o Facebook se configurar enquanto um espaço público, por uma questão ética, adotamos o termo “Usuário” (A, B, C...) para nos referirmos às pessoas responsáveis pelas postagens, uma vez que os usuários não têm ciência da pesquisa aqui realizada e o interesse central desse trabalho é o da análise das práticas discursivas e do sujeito “no discurso” e não dos indivíduos que discursam.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa se iniciará por uma breve contextualização do surgimento e funcionamento da AD, estabelecendo relações entre as diversas teorias e justificando a escolha da referida linha de estudos, o que será retratado no primeiro capítulo.

O segundo capítulo por sua vez, tratará de entender: O que são técnicas de si? Quem e como as fundamenta? Como o sujeito se constitui e deseja constituir o outro? Qual a natureza do material analisado? E o que é uma rede social?

E as análises serão distribuídas ao longo do segundo e terceiro capítulos, estabelecendo pontes entre a teoria e a prática e culminando no último momento numa

analítica mais direcionada das relações de poder e política e das técnicas de subjetivação/objetivação que agem nas práticas discursivas da mídia abordada.

1 SURGIMENTO DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA – UM BREVE HISTÓRICO DA AD

Neste primeiro capítulo, buscamos evidenciar um breve histórico da Análise do Discurso de linha francesa - AD, no intuito de apreender o contexto do surgimento dessa disciplina, bem como de reconhecer as bases que consolidam essa ciência, enquanto aquela que promove fissuras teórico-metodológicas e se constitui “autônoma” em relação às demais. Conforme ressalta Denise Maldidier (1997, p.15) “no quadro da intensificação das atividades ligadas à linguística no curso da década de 1960, a análise do discurso, ao contrário do que acontece com outras práticas disciplinares, pode atribuir-se uma origem própria.” O que não exime, entretanto o diálogo com as demais práticas, afinal a AD se articula com outras disciplinas como a Psicologia Social, a Sociologia e a Linguística, na qual manterá suas principais bases de consolidação. Segundo afirma Paul Henry (1997, p.17) essa ciência “cria seu próprio *Spielraum* ou espaço de jogo, faz variar suas questões, e, através de tais variações, ajusta seu discurso teórico a si mesma, nele desenvolvendo sua consistência e necessidade”.

Inicialmente, tratamos de situar o desenvolvimento dessa linha de pesquisa, dando ênfase aos seus “cofundadores” Jean Dubois e Michel Pêcheux. Em seguida, destacamos a figura de Michel Foucault e seus estudos acerca do discurso, ou por que não dizer do sujeito do discurso. Esse percurso histórico revela as condições sócio-históricas por onde se desloca a análise do discurso ao longo dos tempos.

Nessa busca, Maldidier (1997) traça um retorno sobre a história da análise do discurso na França, centrada no encontro entre a linguística e o materialismo histórico, um encontro impessoal, mas histórico, político e teórico. A conjuntura na qual surge a AD gira em torno dos anos 60 e tem como principais representantes o linguista, universitário e lexicólogo Jean Dubois, e, o renomado filósofo e pesquisador do *Centre National de Recherche Scientifique* (CNRS), Michel Pêcheux. Apesar de ambos representarem o surgimento da AD, eles se aproximam tão somente no que tange a algumas observações conceituais, em suas teorias. No entanto, seus diferentes campos de atuação denotam a própria originalidade da nova ciência, e a vasta área ao seu alcance.

Numa época em que o estruturalismo triunfa e a linguística promete novos avanços, principalmente pela chegada da gramática gerativa, tempos de influência dos estudos epistemológicos de Bachelard e Canguilhem e da grande agitação intelectual em torno do marxismo althusseriano, surge a disciplina transversal denominada análise do discurso

(MALDIDIER, 2011). A análise do discurso se propõe, do ponto de vista linguístico, a ocupar-se das lacunas deixadas pela análise linguística de Saussure, e, de um ponto de vista filosófico, a promover uma ruptura nas Ciências Sociais e em seus instrumentos de pesquisa.

Nesse sentido, aparece em 1966 um texto publicado nos *Cahiers pour l'analyse*, a revista do *Cercle d'Epistemologie de l'Ecole Normale Supérieure* em Paris, que tinha como título *Reflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale*, assinado por Thomas Herbert (provável pseudônimo de Michel Pêcheux), tratando principalmente da situação teórica das ciências sociais. E dois anos depois, sob o mesmo pseudônimo, surge o texto "Remarques pour une théorie générale des idéologies", que possui incidências com publicações posteriores de Pêcheux a respeito da análise do discurso (HENRY, 1997). Tais escritos evidenciam os pilares teórico-metodológicos da AD: a Psicanálise de Lacan, O Marxismo relido por Althusser e a Linguística Estruturalista em voga. À Psicanálise cabe o deslocamento de homem para sujeito histórico e a noção de um discurso afetado pela ideologia e pelo inconsciente, pois as palavras já chegam para o sujeito carregadas de significado. Ao marxismo compete compreender as condições de produção do discurso, as ideologias que o interpelam. A Linguística se ocupa, porém, da linguagem, enquanto uma estrutura ordenada, regular. É no confronto entre esses campos de conhecimento que surge o objeto discurso.

Dubois, por exemplo, coloca a AD no terreno do estudo dos grandes textos políticos da tradição francesa: assim procedendo, ele elege o discurso político como objeto da nova disciplina (MALDIDIER, 1997). É esse discurso político a mola propulsora para os estudos da AD em ambos campos teóricos, o da linguística de Dubois e da filosofia de Pêcheux. Conforme afirma Peixoto (2014), a política foi desde o surgimento da AD, o foco de atenção por parte dos pesquisadores, principalmente na França, em que a política, seja através dos textos de Dubois ou de outros estudiosos, era um termo recorrente, e as análises de texto procuravam mostrar, de um modo geral, o comportamento social e político dos autores.

Contudo, como afirma Maldidier (1997) a AD possui diferentes significados para cada um dos estudiosos. Enquanto para Dubois a análise do discurso é uma continuidade da linguística, para Pêcheux ela representa exatamente uma ruptura com a ideologia das ciências sociais e carece da construção de uma teoria do discurso, que se pautará fundamentalmente no materialismo histórico. Se para Dubois "[...] a instituição da AD é pensada dentro de um continuum: a passagem do estudo das palavras (lexicologia) ao estudo do enunciado (análise do discurso)" (MALDIDIER, 1997, p.18), para Pêcheux a construção de um objeto discurso é

mais que uma superação da linguística de Saussure, é uma nova ferramenta que se apoia sobre a teoria do valor, colocando a língua como um sistema formal (MALDIDIER, 1997).

A “autonomia”, portanto, da AD, nasce provavelmente do interesse de Pêcheux em reinventar os instrumentos na prática científica, ou seja, de reformular uma nova disciplina, a partir de outras teorias e métodos. Conforme salienta Paul Henry (1997), nos artigos assinados por Thomas Herbert, o novo objeto científico, para se estabelecer, dependerá da ruptura que a nova ciência produzirá em relação a um campo ideológico, sendo ela mesma essa ideologia, e da “reprodução metódica” do seu objeto, através de um olhar da ciência sobre ela mesma. É através da reprodução metódica que os instrumentos encontrarão um terreno que lhe conferirá crédito e autenticidade. Os instrumentos são encontrados e retirados de práticas técnicas, de práticas ligadas ao processo de produção e são incorporados, por uma reformulação, à nova teoria, a um novo campo.

Em outras palavras, Pêcheux aponta modos pelos quais a nova teoria se apropria de conceitos de diferentes áreas do conhecimento e constitui uma ciência que renova o seu objeto a partir de elementos teóricos reelaborados, ao mesmo tempo em que é renovada pela forma que se apresenta o objeto. Segundo Paul Henry (1997), conceber a “análise automática do discurso” como um instrumento, não o assemelha de nenhum modo aos instrumentos usados nas ciências sociais, uma vez que para Pêcheux, o uso dos instrumentos nas ciências sociais se dá muito menos por uma questão científica do que por uma razão política de continuidade das práticas técnicas (relações de produção). Pois um instrumento não significaria apenas sua utilização, mas o que tornou possível que ele fosse utilizado. Dessa forma, a crítica de Pêcheux ao modo das ciências sociais se servirem dos instrumentos, confunde-se com a própria crítica às ciências sociais. A análise automática do discurso, figura no contexto de surgimento da AD, por Pêcheux, enquanto uma das principais contribuições para a análise do discurso da linha francesa.

Destarte, Pêcheux busca estabelecer um dispositivo teórico autêntico, ao mesmo tempo em que constrói um objeto para o seu dispositivo. O discurso, então, configura-se a partir de uma relação estabelecida historicamente com os processos de produção e com as condições de produção de que ele nasce. Deslocar o objeto das ciências sociais, ou do modo de fazer ciências sociais, provocou o surgimento do discurso como algo que não “se confunde nem com a evidência de dados empíricos, nem com o texto” (MALDIDIER, 1997, p. 20). Apesar, de se confrontar com “outras” ciências, a AD é ao mesmo tempo essas ciências com as quais rompe. Ela é uma disciplina que traz em seu bojo o caráter de ciência social, bem

como a reinvenção de práticas e ferramentas que são tomadas da forma preexistente de ciência.

Todavia, os métodos de análise linguística ainda são pontos a se relevarem nessa dupla fundação da AD. Em 1969 é publicado na revista francesa *Languages* um artigo do linguista americano Zellig Harris, intitulado *Discourse Analysis*, que seguia os métodos estruturais da lexicologia, dando destaque ao uso da palavra (em AD a constituição do *corpus*), além de produzir uma análise da superfície discursiva. A publicação do referido artigo influenciará ambos campos teóricos. (MALDIDIER, 1997). Ainda, de acordo com Denise Maldidier (1997, p.21):

Do lado de J. Dubois, o método harristiano é um meio de fazer as regularidades significativas dos discursos contrastados pelo corpus. Do lado de M. Pêcheux, a deslinearização permite perceber traços dos processos discursivos.

Mas é o surgimento da “teoria da enunciação”, através dos escritos de Jacobson e posteriormente de Benveniste, que delineará as diferenças entre os dois campos conceituais. E aqui cabe tão somente um breve traço dessa diferença para que possamos aprofundar no objetivo desse trabalho em tratar o discurso dentro da AD. Dubois segue seus estudos do discurso sob a forma da enunciação¹. Essa concepção aponta a existência de um sujeito que encontra suas bases na Psicanálise, pois inscreve na enunciação: “a noção de ‘sujeito’ falante e fica presa numa problemática psicologizante” (MALDIDIER, 1997, p.22). A essa ideia fará oposição Pêcheux, que suscita nos anos 70 a questão da enunciação como uma teoria não-subjetiva do sujeito.

Ocorre que para Pêcheux a linguagem não é compreendida apenas como um instrumento de comunicação, mas ela possui uma estreita ligação com a política. Consoante explicita Paul Henry (1997, p. 25-26):

¹ Ao se tratar da enunciação, muitas são as suas definições. Conforme salienta Peixoto (2010), a teoria da enunciação começa a dar novos rumos aos estudos linguísticos a partir de Émile Benveniste (1970), para quem a enunciação não corresponde nem à língua, nem à fala, mas ao seu entremeio, onde a enunciação no discurso se inscreve a partir de um outro, de um quadro figurativo em que há uma fonte e seu destino (um outro), onde o enunciado recebe sentido. Outra forma de se entender a enunciação, exemplificada por Peixoto (2010), é a que Oswald Ducrot (1987) entende por enunciação um acontecimento histórico em que algo passa a existir no momento em que esse aparece, nem antes, nem depois disso, sem que seja necessário tomar como referência o autor do enunciado. Para Ducrot, o enunciado constitui um discurso. Já para Foucault (1987) o enunciado não é uma frase, nem seus constituintes, não é um ato de fala, nem tampouco um discurso, apesar de estar no plano deste último. Para Foucault, o enunciado é uma unidade do discurso, que deve ser tomada em seu aparecimento como parte de uma formação discursiva, ou de um conjunto de outros enunciados que se relacionam entre si por uma regularidade. Um enunciado pressupõe a existência de outros que a ele se associa historicamente, no passado ou no futuro.

Pêcheux recusa completamente a concepção da linguagem que a reduz a um instrumento de comunicação de significações que existiriam e poderiam ser definidas independentemente da linguagem, isto é, “informações”. Esta teoria ou concepção da linguagem é, para ele, uma ideologia cuja função nas “ciências humanas e sociais” (onde ela é dominante) é justamente mascarar sua ligação com a prática política, obscurecer esta ligação e, ao mesmo tempo, colocar estas ciências no prolongamento das ciências naturais. Mesmo não possuindo uma linguagem nos moldes das linguagens humanas, os animais se comunicam. Por este motivo, a redutora concepção de linguagem humana como instrumento de comunicação (concebida, é verdade, de modo muito complexo, muito elaborada, e muito performante, mas, no entanto, para isso) conduz a conceber o homem e as sociedades humanas com base nos mesmos princípios dos animais e das sociedades animais. Se é sob a forma geral do discurso que estão apagadas as dissimetrias e as dissimilaridades entre os agentes do sistema de produção, sem dúvida isto não se produz de modo explícito, através de um tipo de ordem: “coloque-se aqui, este é seu lugar no sistema de produção”, isto é, pelo viés de uma espécie de “comunicação”.

Assim, o discurso apaga os lugares ocupados pelos sujeitos, e por isso não é nem mesmo o sujeito o dono do seu discurso. E aqui se faz uma ligação “dicotômica” com a inserção de Michel Foucault na análise do discurso. Enquanto Pêcheux se interessa pelo discurso como um espaço ideológico, ou seja, de relações de produção, Foucault se ocupa do sujeito inscrito no discurso sob diferentes formas de poder. Para um, ideologia, para o outro, dispersão e história.

1.1 DOIS “MICHEL’S”, DOIS DISCURSOS, “TRÊS ÉPOCAS”

O que dizer de dois grandes filósofos da França, cujas maiores preocupações se voltaram a romper com pragmáticas e epistemologias de seu tempo? Como tratar de dois nomes que permaneceram por toda a história da AD irrequietos, descontínuos? Nem mesmo Michel Foucault permitiu a si mesmo qualquer rotulação específica do seu trabalho, como explicita: “Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem eu sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever.” (FOUCAULT, 1987, p.20). Ou ainda como afirma Rajchman (1989 *apud* GREGOLIN, 2006, p.56):

Foucault não concebia seu próprio trabalho e nem o de seus predecessores como um todo homogêneo com bordas definitivas ou acabadas, ao contrário, ele investigava as rupturas, as fissuras, as contingências e as re-elaborações no que se apresenta como tradição.

Assim como para Pêcheux a análise do discurso é uma questão de ruptura, para Foucault, a problematização do conhecimento provoca sua inserção na história da filosofia, não apenas promovendo um diálogo conflituoso com a Filosofia, História, etc., mas

deslocando as disciplinas e os saberes. As Ciências Humanas ocupam o centro de seus debates. (GREGOLIN, 2006).

Percebe-se portanto, que é tomando a história como a força motriz das suas pesquisas, que Foucault se empenhou em reconstruir sua própria teoria, se é que pode ser assim tratada no singular. Foucault não viveu o bastante para descobrirmos até quando ele seria capaz de reformular seus conceitos, de renegar “verdades” e de permanecer, por seu próprio discurso, em lugar algum se não o do questionamento. Mas é possível afirmar que viveu o suficiente para deixar um rico legado para a análise do discurso, bem como para movimentar diversas áreas do conhecimento através de seus estudos. É particularmente desse lugar (“nenhum” e ao mesmo tempo “múltiplo”) de Foucault que esta pesquisa pretende desenvolver sua análise. Sem a necessidade de imposição de uma única verdade, nem de um único discurso. Afinal, não foi única a história da AD, nem tampouco um único nome.

Tal qual Michel Foucault, Michel Pêcheux também se submeteu às modificações teóricas pertinentes. Além do nome, da filosofia, e da análise do discurso, ambos possuem algo a mais em comum: três épocas pelas quais suas pesquisas sofreram transformações. De todas as semelhanças nasce, todavia, relevante diferença entre essas duas figuras. A análise do discurso é concebida diferentemente para os dois teóricos.

Como afirma Paul Henry (1997), Pêcheux coloca a questão do discurso entre a linguagem e a ideologia, uma vez que a teoria do discurso se trata muito mais de uma questão política e de rompimento com as ciências sociais do que propriamente de um estudo da estrutura ou do uso de uma língua. As “três épocas” de Pêcheux revelam:

os embates, as reconstruções, as retificações operadas na constituição do campo teórico da análise do discurso francesa. O solo epistemológico precisou ser revolvido e as mudanças delineiam os debates teóricos e políticos que surgiram de crises que atingiram a reflexão sobre como se dá a articulação entre o discurso, a língua, o sujeito e a História (GREGOLIN, 2006, p.60).

A primeira fase dos estudos de Pêcheux consistiu basicamente em uma releitura de Saussure, através de um olhar sobre o caráter social da *langue*, e as interseções entre o marxismo de Althusser e a Psicanálise de Lacan. Momento esse que Denise Maldidier (2011) vem chamar de “dispositivo informático” por onde se inicia uma “aventura teórica”.

Em sua autocrítica, porém, Pêcheux considera que a “análise automática do discurso” levou à busca de paráfrases de enunciados já repetidos, e, dessa forma, insere-se em uma “segunda época”, um movimento em direção ao sujeito, afastando contudo esse sujeito da subjetividade, e, aproximando-o da ideologia. O sujeito para Pêcheux pensa ser dono do seu

dizer, mas não o é (GREGOLIN, 2006). O sujeito pècheuxtiano é a todo instante interpelado pela ideologia. Oliveira (2013, p. 118) aponta que: “Quando Pêcheux (1988) afirma que o sujeito é interpelado pela ideologia, está pressupondo a existência de um indivíduo possuidor de um inconsciente, tão ‘estruturado como a linguagem’ (LACAN, 1998)”, somado ao fato de destacar que, na teoria pècheuxtiana, só há sujeito se houver ideologia, num viés recíproco. Sob esta ótica, Pêcheux ratifica a materialidade do discurso. O que se traduz em críticas à transparência do sentido no discurso. Segundo ele:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX apud DEZERTO, 2010, p.160).

O caráter material das palavras, é portanto, a ideologia que interpela e sustenta os discursos. Para essa concepção, Pêcheux reformula o conceito de formação discursiva de Foucault e faz a seguinte diferenciação:

Isso nos conduz a pensar que toda formação ideológica deve necessariamente ser analisada de um ponto de vista de classe e de um ponto de vista “regional” [...] Nessas condições, parece que é na modalidade pela qual se designam (pela fala ou pela escrita) essas “coisas” a cada vez mais “idênticas” e divididas, que se especifica aquilo que se pode, sem inconvenientes, chamar de “formação discursiva”, com a condição de se entender bem que a perspectiva “regional” das “formas de repartição” e dos “sistemas de dispersão” de Foucault se encontram assim reordenados à análise das contradições de classe (PÊCHEUX, 1990, p. 10).

O foco da formação discursiva de Pêcheux é aparentemente a luta ideológica de classes presente no discurso e o apagamento dessa ideologia, ao contrário de Foucault que denomina como formação discursiva, aquilo que regula os sistemas de dispersão entre os enunciados de um discurso. Assim para se considerar a existência de uma formação discursiva, segundo Foucault, é preciso que haja entre um certo número de enunciados, uma “regularidade (uma ordem, uma correlação, posições e funcionamentos, transformações)” (FOUCAULT *apud* PÊCHEUX, 1990, p.6). É nessa segunda fase que Pêcheux viverá grandes tensões com Foucault no campo teórico (1975 a 1979) e é quando ambos demarcam suas “fronteiras discursivas”. A um é dado a ideologia e o aparecimento do sujeito interpelado, ao outro são dadas as condições de funcionamento do discurso, sua dispersão na história, bem como a dispersão do sujeito no discurso.

Em sua “terceira época” porém, Pêcheux vai ao encontro com a “nova História”, aproxima-se das teses foucaultianas e abre várias problemáticas a respeito do discurso, da interpretação, da estrutura e do acontecimento (GREGOLIN, 2006). A ideia de uma ideologia que determina um discurso do exterior tornando-o homogêneo tende então a se romper e o sujeito de uma única ideologia se empenha em demonstrar um novo lugar para o sujeito histórico, mas que ainda “[...] resiste à subjetivação” (MALDIDIER, 2011, p.61).

Enquanto a preocupação de Pêcheux inicialmente é a questão político-ideológica, Foucault encontrará o lugar do discurso na História. Segundo Gregolin (2006), Foucault atravessa três momentos de produção científica. No primeiro, pesquisa os diferentes modos de investigação que buscam aceder ao estatuto de ciência e que conseqüentemente produzem a objetivação do sujeito. Aqui se destacam as obras *A história da loucura na idade clássica* (1961), *As palavras e as coisas* (1966) e *A Arqueologia do saber* (1969). O foco do trabalho de Foucault é por conseguinte, a história dos saberes na cultura ocidental, conforme podemos perceber:

Os códigos fundamentais de uma cultura — aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas — fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar. Na outra extremidade do pensamento, teorias científicas ou interpretações de filósofos explicam por que há em geral uma ordem, a que lei geral obedece, que princípio pode justificá-la, por que razão é esta a ordem estabelecida e não outra.

[...]

É com base nessa ordem, assumida como solo positivo, que se construirão as teorias gerais da ordenação das coisas e as interpretações que esta requer.

[...]

No presente estudo, é essa experiência que se pretende analisar. Trata-se de mostrar o que ela veio a se tornar, desde o século XVI, no meio de uma cultura como a nossa: de que maneira, refazendo, como que contra a corrente, o percurso da linguagem tal como foi falada, dos seres naturais, tais como foram percebidos e reunidos, das trocas, tais como foram praticadas, nossa cultura manifestou que havia ordem e que às modalidades dessa ordem deviam as permutas suas leis, os seres vivos sua regularidade, as palavras seu encadeamento e seu valor representativo; que modalidades de ordem foram reconhecidas, colocadas, vinculadas ao espaço e ao tempo, para formar o suporte positivo de conhecimento tais que vão dar na gramática e na filologia, na história natural e na biologia, no estudo das riquezas e na economia política. Tal análise, como se vê, não compete à história das idéias ou das ciências: é antes um estudo que se esforça por encontrar a partir de que foram possíveis conhecimentos e teorias; segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber (FOUCAULT, 1999, p.16 – 18).

Foucault enfatiza a necessidade de se analisar o percurso da linguagem que vai para além do estudo da palavra, como afirma: “Mais que de uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma ‘arqueologia’” (FOUCAULT, 1999, p. 19). Sua preocupação é a ordenação da linguagem associada às “coisas” pelas quais elas constituem e são por elas

constituídas, ao que nomeia e principalmente como esse percurso constitui o saber. E é ainda nessa mesma obra que o teórico oferece pistas da sua próxima produção, *A Arqueologia do saber*, estabelecendo uma relação entre a linguagem (constituição do saber) e a arqueologia (que basicamente terá suas raízes na história, como poderemos perceber mais adiante). Esse mesmo interesse pelo saber também se dá por meio da análise do discurso médico na história da loucura. Notamos que a curiosidade de Foucault está fundamentalmente sobre dois focos: a história e o sujeito (que constitui e é constituído pela ordem, pelo saber e pelo poder mediante o discurso)².

Ao tratar da arqueologia (do saber), Foucault deixa claro o conceito de história, entendido por ele como uma dispersão, e como que um movimento inverso ao do passado, que transforma “documentos” em “monumentos”. Toda essa relação é percebida pelo discurso (documento-monumento), como descreve:

em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história em nossos dias – se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento (FOUCAULT, 1987, p.8).

Parafraseando as palavras de Foucault “poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras”, que o discurso é o monumento-documento analisado pela história – e que, portanto, a arqueologia é a descrição intrínseca do discurso. Dessa maneira, o discurso é um documento que se transforma em monumento através da análise e de seu lugar ocupado na história. Tudo isso porque existem discursos que são repetíveis, são retomados ao longo do tempo sobre uma nova forma e um outro lugar, mas trazem em si a própria história do seu acontecimento, e constituem parte de um arquivo, que não se liga à origem de um fato (documento), mas inevitavelmente à sua dispersão que se evidencia em um monumento. Dispersão essa que é tomada a partir de seu acontecimento. Para tanto:

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores

² Falaremos a respeito disso ao tratarmos dos demais momentos salientados por Gregolin (2006).

traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (FOUCAULT, 1987, p. 28).

O discurso é tratado então em sua instância, ou seja, no seu aparecimento, sem estar necessariamente situado no contínuo do tempo e da sociedade. O discurso é, ele mesmo, “uma massa de elementos” (FOUCAULT, 1987), que acontece segundo uma ordem no seu interior. Para Foucault os discursos devem ser entendidos além dos “esquecimentos”, eles são uma dispersão, não tendo elementos que se liguem por um princípio de unidade. “Dispersão que reflete a descontinuidade dos planos de onde fala o sujeito que pode, no interior do discurso, assumir diferentes estatutos” (BRANDÃO, 2004, p. 35). Seria então o discurso tido “[...] como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva” (BRANDÃO, 2004, p. 33). E à análise do discurso caberia o estudo da formação desse discurso dispersivo, suas regras de formação e os elementos que o compõem. Esse discurso é concebido posteriormente associado ao poder, a uma ordem do dito: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p.9).

Ainda conforme as considerações de Gregolin (2006), o segundo momento de Foucault se dá pelo estudo da objetivação do sujeito, donde o saber se articula com o poder. Busca então, uma genealogia do poder e sua pulverização, através das obras: *A ordem do discurso* (1971), *Vigiar e punir* (1975), *Microfísica do poder* (1979), entre outros. Foucault (1979, p.172) afirma que:

A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – menores, diria talvez Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto destas genealogias desordenadas e fragmentárias. Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade. Isto para situar o projeto geral.

Em outras palavras, entendemos que a genealogia foucaultiana trata dos lugares ocupados no discurso, ou seja, da ordem em que o discurso se apresenta, os saberes nele inscritos de modo a se posicionar em uma hierarquia. E é justamente, dessa hierarquização de saberes que Foucault buscará encontrar o lugar do sujeito do discurso, sua “[...] subjetivação a partir das técnicas de si, e da governamentalidade, isto é, das técnicas do governo de si e dos

outros [...]” (GREGOLIN, 2006, p.55). Aqui, situam-se as obras: *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976); *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres* (1984a) e *História da Sexualidade III: O cuidado de si* (1984b). O interesse foucaultiano é nesse momento investigar sobre o poder as ferramentas pelas quais o sujeito opera sob ou sobre um poder no discurso, ou seja, sua objetivação/subjetivação.

Todas as épocas das obras foucaultianas são, entretanto, permeadas por temas comuns entre elas. O que causa a diferenciação dessas fases, na verdade, é a predominância de algumas ideias em detrimento a outras. Dessa forma, alguns teóricos classificam Foucault como estruturalista, outros, porém, convencionam que apesar do estruturalismo fazer parte dos seus trabalhos, não é puramente de uma perspectiva estruturalista que as obras foucaultianas são desenvolvidas. Segundo Dreyfus & Rabinow (1995) Foucault, de modo original, consegue criticar e ao mesmo tempo se utiliza de dois métodos dominantes, disponíveis para o estudo dos seres humanos, o estruturalismo e a hermenêutica. A essa questão, nem mesmo o próprio Foucault se posiciona quanto a um ou outro extremo. Já em *Arqueologia do saber* o autor deixa claro:

Em uma palavra, esta obra, como as que a precederam, não se inscreve – pelo menos diretamente ou em primeira instância – no debate sobre a estrutura (confrontada com a gênese, a história, o devir); mas sim no campo em que se manifestam, se cruzam, se emaranham e se especificam as questões do ser humano, da consciência, da origem e do sujeito. Mas, sem dúvida não estaríamos errados em dizer que aqui também se coloca o problema estrutura (FOUCAULT, 1987, p.19).

Estruturalista ou não, o que particularmente interessa é o importante papel que Foucault desempenha na análise do discurso e seus ricos instrumentos legados a esse campo teórico. Sua última fase interessa particularmente a esse trabalho, que retoma de Foucault os conceitos de sujeito e de técnicas de si e do outro, desenvolvidos a partir das práticas discursivas, entendendo por práticas discursivas: um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT *apud* GREGOLIN, 2006).

2 SOBRE O SUJEITO FOUCAULTIANO E AS TÉCNICAS DE SI

Neste capítulo, pretende-se entender como o sujeito se constitui para Foucault e de que modo as técnicas de si são empregadas no processo histórico-discursivo de consolidação dos sujeitos. Para tanto, daremos maior ênfase às acepções foucaultianas, uma vez que essa pesquisa se centra nos conceitos de técnicas de si, subjetivação/objetivação, exploradas principalmente através dessa corrente teórica.

Apesar de percorrer em suas diferentes fases as relações de saber, ordem e poder, sendo esse último um dos temas mais tratados em suas discussões, Foucault (*apud* DREYFUS & RABINOW, 1995) é bastante incisivo ao afirmar que seu principal foco em todos os anos de pesquisa foi a questão do sujeito. Para ele, as maneiras pelas quais os seres humanos se tornaram sujeitos em suas culturas, seja por meio da investigação, na busca pelo estatuto de ciência, seja pelas “práticas divisoras”, na história das clínicas, ou pela sexualidade, no conhecimento de si, eram apenas meios encontrados pelos sujeitos para se constituírem.

A noção de sujeito aqui resulta de uma série de “estratégias” e “relações” em que o mesmo opera no e pelo discurso em diferentes posições. Como afirma, o sujeito não é uma substância,

É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando você se constitui como sujeito político que vai votar, ou toma a palavra em uma assembléia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Há, indubitavelmente, relações e interferências sobre essas diferentes formas de sujeito; porém não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relações diferentes. (FOUCAULT, 2004, p. 275).

Não se trata, portanto, de uma instância individualizante, mas de uma posição assumida por alguém ou por alguns no acontecimento discursivo, a partir de práticas discursivas, ou jogos de verdade. Esse sujeito não é, porém, a origem do discurso. Conforme podemos perceber: “Como afirma Foucault (1987), a verdade ou a causa das enunciações não deve ser procurada na unidade de um sujeito. O sujeito não é agente nem ponto de partida do dizer” (TEDESCO *apud* QUEIROZ 2007, p. 140). Se o discurso se apresenta no seu acontecimento e se liga a outros discursos dispersos não se deve possivelmente falar de uma origem, a origem é histórica, e uma história genealógica, como é concebida por Foucault. Porém, ao mesmo tempo em que o sujeito não é a origem do dizer, é possível se chegar à posição sujeito através do discurso, é a partir das relações entre o sujeito e os dizeres que Foucault fundamenta os seus estudos.

Por essa razão, para que se possa compreender a constituição desse sujeito, Foucault parte das relações estabelecidas ao longo da história. Relações de poder, saber, de cuidado de si. Em contraposição ao sujeito pêncheuxtiano, em sua segunda fase, interpelado pela ideologia³, a noção de sujeito em Foucault, funda-se sobre as relações com os jogos de verdade. A esse respeito ele afirma:

Meu problema sempre foi, como dizia no início, o das relações entre o sujeito e verdade: como um sujeito entra em um certo jogo de verdade. Meu primeiro problema foi: o que ocorreu, por exemplo, para que a loucura tenha sido problematizada a partir de um certo momento e após de um certo número de processos, como uma doença decorrente de uma certa medicina? Como o sujeito foi situado nesse jogo de verdade definido por um saber ou por um modelo médico? E fazendo essa análise me dei conta de que, contrariamente ao que era um tanto habitual naquela época [...], não se podia certamente dar conta daquele fenômeno simplesmente falando de ideologia. Havia, de fato, práticas, [...] que me remetiam aos problemas das instituições de poder, muito mais do que ao problema da ideologia. Assim fui levado a colocar o problema saber/poder, que é para mim não o problema fundamental, mas um instrumento que permite analisar, da maneira que me parece mais exata, o problema das relações entre sujeito e jogos de verdade (FOUCAULT, 2004, p. 276).

Denota-se a preocupação de Foucault em mostrar como o sujeito se relaciona com os jogos de verdade. Jogos de verdade esses, que se manifestam sob diferentes formas, seja a de ciência, ou a de um modelo científico, ou ainda como modelos encontrados nas instituições ou nas práticas de controle (FOUCAULT, 2004).

No entanto, o sujeito se relaciona com essas verdades de modo que não se mantém sempre subjugado a elas, mas que muitas vezes pode resultar no ser “conduzido por”. Nesse sentido o poder parece cercar o sujeito, manter sobre ele o controle, sujeita-lo de alguma forma. No entanto, Foucault (2010, p. 244) enfatiza que:

há sempre, com certeza, alguma coisa no corpo social, nas classes, nos grupos, nos próprios indivíduos que escapa, de uma certa maneira, às relações de poder; alguma coisa que não é matéria primeira mais ou menos dócil ou recalcitrante, mas que é o movimento centrífugo, a energia inversa, a escapada.

Ou seja, a relação com os jogos de verdade e poder, demanda, na visão de Foucault, sempre uma investida do sujeito, alguma “estratégia” de fuga.

³ Foucault (2004) recusa a via ideológica para a análise de discursos porque considera a existência de uma dispersão dos enunciados e do sujeito no discurso. O poder não é visto por um âmbito hierarquizado de classes dominantes sobre as dominadas, mas por vários lugares ocupados no discurso, em que se exercem relações de poder. O discurso revela portanto, essas relações que não operam sempre de “cima” para “baixo”, mas em várias direções. O que existe é então uma historicidade descontínua no acontecimento do discurso e não uma ideologia que regula os discursos, existem interdições, jogos de verdade, estratégias de controle, pois para Foucault (2010) o poder está em toda a parte.

Nesse sentido, o sujeito busca se estabelecer em alguma posição em relação ao poder. Vejamos como isso acontece no fragmento discursivo abaixo, retirado do Facebook, em que os jogos de verdade dizem respeito à forma como o sujeito se comunica, fazendo referências a elementos característicos da rede social e onde sujeito do discurso aponta uma posição de resistência, escapada à forma de comunicação preestabelecida pela mídia.

FIGURA 1



Curtir · Comentar · Compartilhar · há 15 horas ·

Postagem realizada pelo “Usuário A” no dia 8 de fevereiro de 2013. Extraída a partir da página: <https://www.facebook.com/>.

O que podemos perceber acima é um processo pelo qual o discurso trata da comunicação como uma verdade controlada, gerenciada por uma mídia, o Facebook. O enunciado do discurso revela uma preocupação relacionada à morte de uma outra forma de comunicação que não aquela adotada na mídia, na mesma medida que demonstra já está de toda sorte fazendo uma “substituição” daquela, por essa forma comunicativa. Atentemo-nos aos elementos abaixo do texto não-verbal que se referem a opções no espaço do Facebook para curtir, comentar ou compartilhar alguma postagem e a fala do segundo personagem, ao usar uma dessas opções como um enunciado: “Curti.”. Se observarmos um pouco mais o discurso, poderemos notar a figuração de dois animais (um coelho e um cachorro) que pertencem a diferentes espécies, em que um carrega um aparelho tecnológico, através do qual provavelmente tem acesso à rede social (Facebook) e o outro que o acompanha em um mesmo movimento de pernas, lado a lado e também é marcado pela mídia ao se pronunciar. Apesar de serem de cores diferentes, os animais possuem traços muito semelhantes como o formato do rosto e do corpo o que de alguma forma os uniformiza. Tudo isso denota um sujeito

constituído a partir de uma mídia, no acontecimento de um discurso marcado por relações de verdade e controle. O sujeito se insere no espaço midiático através de um discurso que revela a sua posição enquanto sujeito constituído discursivamente em relação às verdades já existentes nesse meio. Ele lida de dentro do próprio discurso com as estratégias de controle, de modo a ocupar duas vias, a de quem resiste, ou seja, que assume um poder em relação a essas verdades e a de quem é objetivado por elas, cumprindo aquilo que Foucault (2010) vem chamar de “movimento centrífugo”.

Dessa maneira, não podemos deixar de considerar que há uma evidente tentativa do sujeito de romper com as formas de controle quando se demonstra uma preocupação em relação a essa possível sujeição. Aparentemente, esse sujeito não “escapa” ao poder, mas ele é marcado de duas maneiras: uma pela objetivação que lhe vem de fora, pelo modo como o Facebook regula a comunicação e uma pela subjetivação do próprio sujeito ao tomar consciência da existência de um jogo de verdade.

De um modo geral, depreende-se possivelmente desse discurso maneiras pelas quais o sujeito se relaciona com os jogos de verdade (formas de comunicação), com o outro (Facebook) e consigo, pela necessidade de constituir-se “vivo” dentro desses jogos.

Pensando por esse viés, o desejo de constituição ainda se encontra possivelmente em nossos dias por meio das práticas discursivas em diferentes espaços, através de uma diversidade de técnicas. O sujeito que encontramos no discurso do Facebook, utiliza-se das próprias práticas discursivas, do olhar sobre si para se consolidar subjetivamente em relação aos demais. E é partindo dessa premissa que buscamos compreender o conceito de técnicas de si, explorado na teoria foucaultiana.

É principalmente a relação do sujeito consigo, por meio de práticas de si, que Foucault dá maior destaque:

O problema das relações entre sujeito e os jogos de verdade havia sido até então examinado por mim a partir seja de práticas coercitivas – como no caso da psiquiatria e do sistema penitenciário –, seja nas formas de jogos teóricos ou científicos – como a análise das riquezas da linguagem e do ser vivo (FOUCAULT, 2004, p.264-265).

Dito de outro modo,

O problema da subjetividade, isto é, “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo num jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo”, torna-se então o centro das análises do filósofo⁴: se o sujeito se constitui, não é sobre o fundo de uma identidade psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de

⁴ Revel refere-se aqui a Foucault.

poder ou de conhecimento, ou ainda por técnicas de si (REVEL, 2005, p.85 [Grifo nosso]).

Ao que ele concorda: “Há agora uma espécie de deslocamento: esses jogos de verdade não se referem mais a uma prática coercitiva, mas a uma prática de autoformação do sujeito.” (FOUCAULT, 2004, p.265). O que Foucault tenta mostrar é que a relação entre os sujeitos e os jogos de verdade ocorrem em diferentes esferas do discurso sem necessariamente traduzir coerção, mas relações que podem estar associadas aos próprios sujeitos, ou seja, ao governo de si mesmos. O sujeito se constitui não somente como um objeto, mas em relação a ele mesmo, a sua subjetivação, por meio de técnicas de si.

Há contudo que se evidenciar que a existência de técnicas de si, não anulam de nenhum modo, as relações de poder e saber exercidas entre os sujeitos. Pois, seriam tais técnicas, práticas refletidas sobre a forma assumida de liberdade (FOUCAULT, 2004). A liberdade é tida, para Foucault, como condição ontológica da ética, considerando a ética como modos de ser e de se fazer visível aos outros. O que não significa pensar a ética como o cuidado de si, mas como foi tomada, na Antiguidade, como práticas de liberdade sobre o imperativo do “cuida-te de ti mesmo” (FOUCAULT, 2004). Desse modo, a liberdade estaria entrelaçada ao caráter da ética, uma vez que para que o sujeito se conduza, ou conduza os outros é necessário então, a existência de uma condição de liberdade.

Daí decorre uma segunda relação, entre a questão da liberdade e do poder. Por que falar de poder, quando se trata da liberdade?

Em resposta a esse questionamento, segundo Foucault (2004, p. 276-277), os conceitos liberdade e poder coexistem nas relações dos sujeitos, pois “para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade”. Por esse motivo, tratar desse emaranhado de termos e conceitos, requer explorar proposições que se encontram e, por conseguinte sustentam a compreensão de uma e outra. Logo, busquemos entender um pouco sobre o que fala Foucault acerca do poder e de como podemos encontrá-lo nos discursos analisados por essa pesquisa.

O tema poder perpassa as obras foucaultianas em todas as fases da sua escrita. Como o próprio Foucault (1979, p.1-2) incita, referindo-se aos seus estudos iniciais: “No caso de uma ciência tão ‘duvidosa’ como a psiquiatria, não poderíamos apreender de forma mais precisa o entrelaçamento dos efeitos de poder e saber?” Ainda, em um segundo momento, sua atenção se voltará explicitamente para as práticas de poder, através da ordem dos discursos, ou até mesmo por meio do estudo de métodos coercitivos. Em *A ordem do discurso* é na prática discursiva que impera o poder, conforme afirma: “o discurso não é simplesmente aquilo que

traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p.10). E por fim, quando as práticas de autoformação do sujeito é o centro de suas discussões, Foucault (2004, p. 276) mais uma vez retoma a participação do poder e desmistifica:

quando se fala em poder, as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, em um governo, em uma classe social dominante, em um senhor diante do escravo, etc. Não é absolutamente o que penso quando falo das relações de poder. Quero dizer que, nas relações humanas - quer se trate de comunicar verbalmente, como o fazemos agora, ou se trate de relações amorosas, institucionais ou econômicas -, o poder está sempre presente: quero dizer, a relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro.

A liberdade, então estaria estreitamente associada ao próprio poder. Pois, esse só existiria para o sujeito livre. Onde a liberdade falta, inexiste, portanto, relações de poder. O que passa a existir então seriam relações de dominação (FOUCAULT, 2004). Assim, estabelece-se uma ponte entre o sujeito, a verdade e a liberdade/poder.

Por conseguinte, o que seriam as técnicas de si, se não uma estratégia, ou uma prática de liberdade/poder sobre si e sobre os outros, prática para conduzir e operar sobre demais condutas, uma ética de si e do outro? É pensando nessa problemática que inserimos o Facebook como um espaço de tais práticas e para entender melhor de que maneira elas agem sobre a conduta dos sujeitos, buscamos conceituar o que vem a ser as técnicas de si e do outro.

2.1 AS TÉCNICAS DE SI E DO OUTRO

Para chegar à constituição do sujeito, Foucault adentra a história da sexualidade, entendendo a sexualidade como experiência, sendo essa “a correlação em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 2004, p. 193). A preocupação de Foucault é de encontrar a relação pela qual os sujeitos da história se constituíram em sujeitos de uma sexualidade, investigando para tanto um conjunto de técnicas utilizadas, possivelmente, para elaboração do “saber para ele mesmo”, ou seja, de um reconhecimento de si enquanto sujeito de algo.

Segundo Foucault (1994) as técnicas específicas podem se dividir em quatro grupos: 1) as técnicas pelas quais se pode produzir e manipular objetos; 2) técnicas de signos que permitem a utilização de signos, símbolos, sentidos ou significação; 3) as técnicas de poder que objetiva os sujeitos, submetendo-os a fins de dominação e 4) as técnicas de si que

permitem aos sujeitos realizarem, sozinhos ou com ajuda de outros, operações sobre seus corpos, pensamentos, modos de ser e se comportar, a fim de atender um estado desejado.

E são das técnicas de si que trataremos de modo mais específico, salientando, contudo, que todas essas formas de relação com o poder, o saber e o si mesmo estão de um modo geral entrelaçadas. Pensemos, por exemplo, no discurso das redes sociais, em que o conjunto dessas técnicas abarca em si, pela própria natureza discursiva, uma série de traços que a aproximam umas das outras.

Foucault encontra na história várias técnicas empregadas segundo o cuidado, ou conhecimento de si. A exemplo disso, remete-se à moral cristã e greco-romana e afirma que: “Quando se coloca a questão: ‘Qual é o princípio moral que domina toda a filosofia da Antigüidade?’, a resposta imediata não é ‘tome conta de você mesmo’, mas o princípio délfico, *gnôthi seauton*, ‘conhece-te a ti mesmo’” (FOUCAULT, 1994, p. 3).

Entretanto, o conhece-te a ti mesmo, nos textos gregos e romanos está sempre associado ao princípio do cuidado de si. Em geral, o que prevalece, desde a cultura pagã à cultura cristã, a “cultura do si”, contorna de modo significativo a constituição do sujeito.

A partir disso, as técnicas do cuidado e do conhecimento de si são desenvolvidas segundo uma “regra” de conduta e não apenas uma máxima abstrata para a vida. Tal cultura de si pode-se caracterizar

pelo fato de que arte da existência – a *tecnhe tou biou* sob as suas diferentes formas – nela se encontra dominada pelo princípio segundo o qual é preciso “ter cuidados consigo”; é esse princípio do cuidado de si que fundamenta a sua necessidade, comanda o seu desenvolvimento e organiza a sua prática. (FOUCAULT, 1985, p.49).

A *epimeleia heauton*, ou, a ocupação e o cuidado de si, é um tema que pertence a diversas doutrinas filosóficas da Antigüidade dentre os platônicos, epicuristas e pensadores como Zenão, Marco Aurélio, Sócrates, Sêneca, além de outros. Para Sócrates, segundo Foucault (1994), o convite à ocupação consigo, dá-se segundo registros de três principais razões: primeiro, o fato de essa ser uma missão confiada pelos deuses; segundo, refere-se à natureza desinteressada dos deuses em não cobrar nenhuma recompensa; e terceiro, concerne à justificativa de essa ser uma missão útil para a cidade, uma vez que ensinar os homens a se ocuparem de si mesmos, consiste em ensinarem-nos a ocupar-se da cidade.

Mas o conceito é mais bem elaborado, para Foucault (1985, p. 53), segundo Epicteto, para quem “O cuidado de si [...] é um privilégio-dever, um dom-obrigação que nos assegura a liberdade obrigando-nos a tornar-nos nós próprios como objeto de toda a nossa aplicação.”

Esse princípio, ressalta Foucault (1985), é, no entanto, uma recomendação válida para “todos, todo o tempo e durante toda a vida” segundo os filósofos, em cuja máxima epicurista, nunca é cedo ou tarde demais para se ocupar consigo.

Todavia, a *epimeleia*, como era concebida, representa muito mais do que uma simples preocupação, designa todo um conjunto de ocupações, ou obrigações com atividades relativas à casa, aos doentes, aos súditos ou aos deuses, enfim, o cuidado de si implica um labor que por sua vez exige dedicação e tempo (FOUCAULT, 1985).

São, portanto, algumas atividades em torno do si, desenvolvidas com esse fim, aquelas relativas aos cuidados do corpo e da alma: “[...] os regimes de saúde, os exercícios físicos sem excesso, a satisfação [...] as meditações, as leituras, as anotações, que se toma sobre o livro ou conversações ouvidas, e que mais tarde serão relidas, a rememoração das verdades [...]” entre outras (FOUCAULT, 1985, p. 56).

Seria, assim, essa ocupação de si, esses cuidados com o corpo e a alma ainda práticas dos nossos tempos atuais? Tomemos por exemplo o registro de um dos usuários da rede social ao postar uma advertência aos usos que se fazem da mídia e sua relação ou interferência no “si”:

Figura 2

O Ministério do Facebook adverte: Olhar o perfil de quem você gosta pode ser prejudicial à sua felicidade.

Curtir · Comentar · Compartilhar · há 11 minutos · 👤

Postagem realizada pelo “Usuário B” no dia 05 de junho de 2013. Extraída a partir da página: <https://www.facebook.com/>.

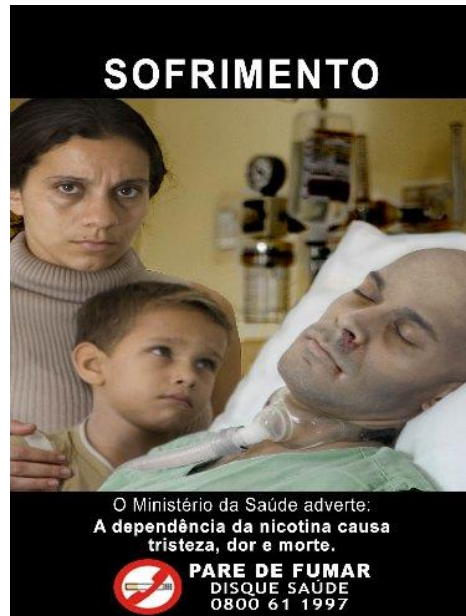
Fica evidenciado no fragmento discursivo ações que através do Facebook podem afetar direta ou indiretamente a vida do sujeito. O Facebook aparece enquanto uma instituição: “Ministério”, que por meio de um discurso injuntivo sugere o que deve ou não deve ser feito em uma rede social. A frase “O Ministério do Facebook adverte”, no entanto, é um retorno de outro discurso veiculado socialmente nas campanhas do governo brasileiro!

O dito retorna em um outro acontecimento histórico, que se difere do acontecimento passado, mas se aproxima por margens de enunciado que instauram a sua monumentalidade na história, ou seja, sobre um reaparecimento, através da memória histórica, o discurso se reconstrói em uma dispersão. Como afirma Cleudemar Alves Fernandes (2007, p. 53), segundo atesta Foucault: “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha em torno de si, um campo de coexistências”. E em seguida, esclarece: “Em se tratando de

enunciado, há sempre um conjunto de formulações que o antecedem e o sucedem; que o relaciona ao passado e ao futuro.” (FERNANDES, 2007, p. 53). Dessa maneira, para Foucault (1987) o enunciado possui um caráter repetível.

O enunciado, do discurso acima, remete principalmente às propagandas em que o Ministério da Saúde alerta sobre os malefícios causados pelo cigarro. Vejamos:

Figura 3



Campanha do Ministério da Saúde em 2009. Disponível em:
<http://paulavalenca.wordpress.com/2009/08/27/sofrimento/>

Assim, o Facebook se apresenta no lugar de uma instituição diretamente ligada aos cuidados com o corpo, mas que também faz recomendações relacionadas à alma, no que diz respeito à felicidade. O sujeito constituído no discurso do Facebook mostra uma técnica para cuidar da própria felicidade ao afirmar que há riscos ao se olhar o “perfil”, termo relativo à página virtual de cada usuário, de quem se gosta. E dessa maneira o sujeito se constitui no discurso diante de um cuidado de si e de um outro com e/ou para quem se fala.

Existe, além do cuidado, uma tentativa de conduzir ou regular o comportamento alheio, e ao mesmo tempo o próprio. Quando se usa de uma figura institucional para instruir acerca de algum comportamento, vemos uma estratégia de poder sobre o outro, de modo que se ocupa um lugar de autoridade (poder dizer) nesse discurso. Contudo, a advertência também soa para um si mesmo, uma vez que o Ministério do Facebook é constituído pelo próprio sujeito, que faz uso da rede social e que para tecer tais recomendações assume a posição de instituição que trata de questões relacionadas à saúde.

Por essa razão, depreendemos que das técnicas de si nasce também relações de poder, uma vez que se exerce sobre o outro, alguma regulação e se autoriza ou não o discurso. Essas técnicas desempenham funções em relação ao cuidado com corpo e a alma do si e do outro.

Quando essas técnicas se referem ao cuidado com o corpo, o que também nos ajuda a entender o discurso acima, Foucault (1985) afirma que o cuidado de si e a prática médica mantém correlação estreita, na qual a noção de doença está ligada a um estado de perturbação instalada no corpo e na alma. E é do desequilíbrio duplamente alojado, onde: “[...] os males do corpo e da alma podem comunicar-se entre si e intercambiar seus mal-estares” e da aproximação entre medicina e moral que:

A prática de si implica que o sujeito se constitua face a si próprio, não como um simples indivíduo imperfeito, ignorante e que tem necessidade de ser corrigido, formado e instruído, mas sim como indivíduo que sofre de certos males e que deve fazê-los cuidar, seja por si mesmo, ou por alguém que para isso tem competência (FOUCAULT, 1985, p. 62-63).

Já quando o viés é das práticas atinentes à alma, Foucault (1994) trata da rememoração, técnica definida pelos estóicos como *askêsis*, em que na busca da verdade, os sujeitos deveriam dar ênfase às palavras ditas por seus mestres e convertê-las em regras de conduta, como uma subjetivação da verdade. Fala também do auto-exame de consciência, segundo o qual o sujeito contempla a si mesmo, como uma forma de cuidado, onde para os pitagóricos, essa prática toma a forma de uma espécie de purificação de si.

Além, disso, acontece também em torno do cuidado de si, toda uma atividade de palavra e escrita, tão logo salienta Foucault (1994, p.8):

Nessa cultura do cuidado de si a escrita é, ela também, importante. Dentre as tarefas que definem o cuidado de si, há aquelas de tomar notas sobre si mesmo – que poderão ser relidas –, de escrever tratados e cartas aos amigos, para os ajudar, de conservar os seus cadernos a fim de reativar para si mesmos as verdades da qual precisaram.

As práticas discursivas no Facebook, entretanto, não implicam sempre em uma releitura das postagens como sugere Foucault na Antiguidade, uma vez que o mecanismo da escrita realizada possibilita sempre o novo, pela velocidade em que os discursos se disseminam.

Todavia, as atividades de uso da palavra estão também, de certo modo, relacionadas não somente com o modo de o sujeito lidar consigo, mas também, com o outro. Isso ocorre, porque na verdade, olhar sobre si, não é de nenhum modo, um exercício isolado, mas sim,

uma prática social, que em diversas situações se configuram em estruturas mais ou menos institucionalizadas, em que se desenvolve todo um trabalho de direcionamento do outro, quer coletiva ou individualmente, como salienta Foucault (1985). Daí decorre a participação dos professores, guias, conselheiros e confidentes, a quem as práticas de si, envolviam atividades de condução (FOUCAULT, 1985). Isso mostra, de modo particular, uma relação que se dá em dois sentidos, um no “interior” de si, e um no que lhe vem de fora, no que é “exterior” ao próprio sujeito.

Dessa maneira, “O cuidado de si aparece, portanto, intrinsecamente ligado a um ‘serviço de alma’ que comporta a possibilidade de um jogo de trocas com o outro e de um sistema de obrigações recíprocas.” (FOUCAULT, 1985, p.59). O sujeito de si existe porque há um outro que do lado de fora o reconhece, participa da sua constituição.

No objeto dessa pesquisa, o si e o outro se relacionam por meio de práticas discursivas registradas no Facebook. Essas práticas, na maioria das vezes aparecem sob a forma de textos discursivos, os quais são anotações feitas pelos próprios usuários da rede, através de registros verbais ou não-verbais.

Particularmente, por esse motivo, convém tratarmos um pouco melhor das técnicas que envolvem registros verbais. Esse fato que se desenrola a partir de uma ressignificação do conceito de *exomologêsis*, ou “reconhecimento de um fato”, pelos cristãos é uma tradição estoíca que se diferencia da cristã pela forma em que são concebidas em ambos contextos. Se para os estoícos o *exomologêsis* o exame de si, o julgamento e a disciplina facilitam o acesso ao conhecimento de si, por meio da memorização de regras, para os cristãos esse princípio se caracteriza pela ruptura e dissociação que fazem aparecer a verdade sobre o indivíduo através da verbalização (FOUCAULT, 1994).

Ainda conforme Foucault (1994), inicialmente a prática cristã do *exomologêsis* dizia respeito ao ritual pelo qual o indivíduo se reconhecia enquanto pecador e adquiria o estatuto de penitente, sendo privado de algumas funções referentes à sexualidade e vida em social. Mais tarde, na Idade Média, o reconhecimento de um pecador já não o diferenciaria em sociedade, mas o integrará por meio da reconciliação. Contudo, o *exomologêsis* é ainda um ato teatralizado, onde o indivíduo se revela, ou dar a se conhecer em tais condições. Essa revelação, porém, não tem por objetivo uma identidade, mas uma renúncia a si mesmo, preceito muito comum entre as práticas cristãs. “A revelação de si é ao mesmo tempo a destruição de si” (FOUCAULT, 1994, p. 17).

Já no século IV, surge uma nova técnica de revelação de si, um tanto diferente, denominada *exagoreusis*, que lembra os exercícios de verbalização das filosofias pagãs, que

definiam a relação entre o mestre e o discípulo, que como descreve Sêneca fundamentava-se na capacidade do mestre em guiar seus alunos por meio de conselhos judiciosos (FOUCAULT, 1994). Para os monges orientais isso vai significar uma relação de obediência e contemplação, onde o exame de consciência e a conversão dos pensamentos a Deus, devem deixar explícita para o discípulo e o mestre, tudo o que se passa a nível da razão. Assim, essa técnica, representa muito mais sacrifício do si e da vontade do sujeito, na obrigação do dizer, do confessar tudo o que se pode achar escondido na alma. Tomemos mais um exemplo de postagem na rede social em que o “expor o que está na alma” aparece enquanto uma prática pertinente. Nela, o Facebook aparece associado a um elemento religioso da cultura judaica, o “Muro das Lamentações” no cenário brasileiro.

Figura 4



Postagem realizada pelo “Usuário C” no dia 22 de janeiro de 2013. Extraída a partir da página: <https://www.facebook.com/>.

No texto discursivo aparece ao lado do Muro das Lamentações israelense a página do Facebook, o que sugere que ambos os espaços tenham funções semelhantes, separadas somente pela localização geográfica, o que podemos perceber a partir das legendas: “Israel” e “Brasil”. Enquanto o Muro das Lamentações em Israel é o ícone religioso a quem numerosos judeus se dirigem para chorar e lamentar a perda do antigo Templo que fora destruído, o Facebook é o espaço em que as pessoas se pronunciam e discursam sua dor, seus sentimentos e suas lamentações. Assim, a rede social é utilizada como ferramenta na obrigação do dizer ao outro, conforme remonta o estudo foucaultiano acerca da *exagoreusis*. O que estando associado à religião, legitima ainda de modo mais explícito a relação entre o dito e o sacrifício de si, a própria prática sobre o si mesmo.

Além disso, encontramos-nos novamente diante do retorno do dito, em que os enunciados se repetem em uma dispersão histórica a fim de estabelecer estratégias de controle e de construção do si. O discurso midiático então, retoma o caráter da instituição para quem a revelação da alma era uma obrigação de dizer e concomitantemente uma estratégia da própria constituição do sujeito. Segundo Gregolin (2007, p.16):

Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente.

O que vemos no fragmento discursivo acima é a correlação estabelecida entre os dispositivos de constituição dos sujeitos que aparecem na história em tempos distintos e se assemelham pela natureza das técnicas utilizadas e dos enunciados que o compõem.

Além disso, a técnica de verbalização, posteriormente será associada a uma nova estratégia de constituição, conforme salienta Foucault (1994, p. 22):

A partir do século XVIII e até a época atual, as ‘ciências humanas’ re inseriram as técnicas de verbalização em um contexto diferente, fazendo delas não instrumento de renúncia do sujeito a si mesmo, mas o instrumento positivo da constituição de um novo sujeito.

Para entendermos esse “novo” sujeito de quem se fala, o “novo” contexto em que essas técnicas de verbalização são reutilizadas, analisemos mais um fragmento discursivo.

Figura 5



Postagem realizada pelo “Usuário D” no dia 22 de dezembro de 2012. Extraída a partir da página: <https://www.facebook.com/>.

Percebemos acima que as materialidades linguísticas verbais e não-verbais são de alguma forma um registro, que, ao inscrever um sujeito no discurso, constitui-o a partir do que é enunciado. O sujeito existe no discurso, não fora dele e é por meio das práticas discursivas que se funda um sujeito histórico, ou seja, no momento de seu acontecimento, e é na irrupção do próprio discurso que se estabelecem todas essas relações. O sujeito que se constitui, utiliza-se da verbalização.

Entretanto, nada há de pré-determinado, nem o sujeito, nem o dizer. Como salienta Sargentini (2004, p. 109), o acontecimento discursivo se produz numa dispersão, “ele é feito de cesuras que dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e funções”.

Na figura 5, há um sujeito que se utiliza de modos de registro de si, numa relação consigo e com os outros, pressupondo como outros não somente o Facebook, mas outros sujeitos em outros discursos, subtendido pela expressão: “agora eu falo sozinha com um monte de gente”. Se há mais pessoas com as quais o sujeito fala, por que então se fala sozinha? Aqui, pode-se encontrar mais uma pista de como o sujeito existe no acontecimento discursivo, pois é sujeito enquanto discurso e se relaciona com outros discursos que estão ligados a ele mesmo. O Facebook dessa vez é um instrumento ativo, uma forma, uma estratégia com a qual esse sujeito pratica o seu discurso. O sujeito nasce dessa prática discursiva, constitui-se através da técnica. O verbo que se relaciona à rede social é de um sujeito agente, “o Facebook mudou”, mas o sujeito que sofre a ação não aparece numa voz passiva, ele também age numa relação de poder/liberdade. Ao mesmo tempo em que é constituído de “fora”, pelo Facebook, ele também se constitui por um si mesmo, mediado pelo próprio objeto.

Além disso, a imagem de uma mulher frente ao computador sorrindo, demonstra o contraste “sozinha”/ “um monte de gente”, a possibilidade de “convivência” entre os extremos em um único espaço, sem que necessariamente sejam antônimos. Ou seja, a coexistência de um si no(s) outro(s) e vice-versa é perfeitamente possível através das práticas discursivas do Facebook, das técnicas de si e do outro.

Ademais, todas essas técnicas estão inevitavelmente ligadas à relação do sujeito com o poder e o si mesmo ao longo da história. Em suma, são práticas que perpetuam os séculos e as conjunturas sócio-históricas e discursivas. Uma vez que Foucault redireciona seus estudos na busca pelas relações entre os sujeitos e seus jogos de verdade, ele retoma na Antiguidade, no Cristianismo, e por que não dizer na atualidade o papel da moral e da ética de si na constituição desses sujeitos.

O conceito de moral é, no entanto, repensado, não como um conjunto de valores e regras impostas aos indivíduos de uma sociedade, mas o comportamento real dos indivíduos em relação a tais regras de conduta (FOUCAULT, 1984). Pois segundo Foucault (1984), a transmissão dessas regras pode ocorrer tanto através das doutrinas, como de práticas difusas que estão longe de formarem um conjunto sistemático. Antes, elas constituem um jogo complexo de elementos que se compensam, corrigem-se e anulam-se em certos pontos, permitindo compromissos ou escapatórias, podendo então, o sujeito estabelecer uma relação com as normas de maneiras diferentes: por “sujeição”, quando se reconhece obrigado a pô-la em prática, ou por “práticas de si”, quando o sujeito tenta transformar a si mesmo em sujeito moral de sua conduta. Desse modo, “A ação moral é indissociável dessas formas de atividades sobre si, formas essas que não são menos diferentes de uma moral a outra do que os sistemas de valores, de regras e de interdições” (FOUCAULT, 1984, p. 29).

Por essa razão, quando nos propomos a estudar, nessa pesquisa, as técnicas de si, estamos ao mesmo tempo nos ocupando de um possível estudo das regras e valores vigentes em que os sujeitos de si estão inseridos, ou seja, trata-se também das relações de poder que articulam tais técnicas, de onde emerge um sujeito subjetivado/objetivado.

Vale também ressaltar, que quando se trata de técnicas de si, também se fala de identidade. Foucault (1994, p. 6) esclarece:

Afinal, o que é o si ? “Si é um pronome reflexivo, daí sua significação dúbia. Auto quer dizer “o mesmo”, mas remete também à noção de identidade. Esse segundo sentido permite passar da questão “o que é esse si?”, a outra “a partir de qual fundamento encontro minha identidade?”.

Segundo Foucault (1994) a constituição da identidade encontrou em diferentes tempos, diferentes modos de se estabelecer, como relação entre corpo e alma, que envolve as dimensões do eu e do outro, dadas as condições sociais de sujeito. Orlandi (1996, p.187) contribui com uma relação entre sujeito e identidade ao explicitar que “Há uma contradição inerente à noção de sujeito que vem da relação entre identidade e alteridade e que se constituem mutuamente. É um movimento que, ao marcar a identidade, atomiza, por que distingue, e, ao mesmo tempo, integra, porque esta é sempre feita de uma relação.” Essa relação se dá através da interação no discurso.

Destarte, o sujeito assume diferentes discursos em relação aos distintos “outros”, o que não implica porém aceitar que perca a identidade. Como evidencia Orlandi (1996, p.189):

Assim, também não mudamos completamente nosso discurso nem nos transformamos em outros, ou seja, não perdemos nossa identidade em cada relação de linguagem diferente. O que há é uma modulação do nosso discurso e da nossa identidade nas diferentes relações. Essa modelação se faz em direção ao *para quem* do discurso e a contraditoriedade, então, é a seguinte: o sujeito é o mesmo e é diferente simultaneamente.

O sujeito é então o si e o outro. De outra forma, está inserido no discurso, é objeto e ao mesmo tempo sujeito do discurso. Ou ainda, não se pode afirmar “[...] nem um sujeito absolutamente dono de si, nem um sujeito totalmente determinado pelo que lhe vem de fora. O espaço da subjetividade na linguagem é tenso” (ORLANDI, 1996, p.190).

A partir de tais evidências, depreende-se que entender as construções identitárias através das técnicas de si e do outro vai para além da identidade enquanto um produto particular, mas atravessa o sujeito e é por ele atravessado na medida em que sua posição pode revelar no discurso as estruturas que o constituem enquanto tal e como essas estruturas delinham o comportamento social dos sujeitos.

2.2 SUBJETIVAÇÃO E OBJETIVAÇÃO DOS SUJEITOS

Ao tratar da questão identidade portanto, o presente trabalho não visa atribuir características particulares a um indivíduo determinado. Na verdade as construções identitárias, são técnicas desenvolvidas pelos sujeitos em seu processo de subjetividade. E a respeito da subjetividade Silvia Tedesco traz a seguinte reflexão:

Referir-se à subjetividade é, portanto, referir-se às relações, à rede de conexões que a constituem. Vale como esclarecimento que nessa rede, o sujeito não vigora como termo preexistente que, então, de acordo com características próprias, estabelece vínculos com o meio circundante (*apud* QUEIROZ, 2007, p.141).

O sujeito não seria então, um objeto distante do mundo, e o meio das relações não lhe seria externo, seu processo de subjetivação é paralelamente um processo de subjetividade, que ao mesmo tempo em que não é própria a um sujeito, também não é externa a ele e muito menos “está” em uma rede. Como ainda afirma a mesma autora: “A subjetividade não participa da rede, ela é a própria rede” (TEDESCO *apud* QUEIROZ, 2007, p. 141). Os sujeitos, as técnicas de si e do outro, a subjetivação, a objetivação constituem a própria rede. O dizer não pertence ao sujeito, pertence a uma coletividade. Por isso não se trata de dar contorno a uma identidade determinada, trata-se de perceber o discurso como nessa rede

subjetiva, “que produz e é produzida por”. São relações de força e nisso interessa propriamente as relações de forças políticas e de poder que constituem a subjetividade.

A noção de subjetividade que decorre de Foucault nos remete a um sujeito, que encontrando técnicas para gerir a si mesmo, seus desejos e conduta, inscreve-se em um processo de subjetivação, pelo qual ele mesmo se constitui sujeito de um discurso, estabelecendo relações de poder e verdade. Segundo afirma Judith Revel (2005, p.82):

Os “modos de subjetivação” ou “ processos de subjetivação” do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos – o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação ; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência.

Como se pode perceber, a subjetivação é uma questão da própria constituição do sujeito. Mas a autora destaca ainda um segundo conceito que está intrinsecamente relacionado ao primeiro, trata-se da objetivação. Falar de um desses conceitos implica necessariamente, explorar o outro. A objetivação seria nesse sentido, uma maneira pela qual o exterior lida com esse sujeito, ou opera sobre ele, de modo a torna-lo um objeto, classifica-lo enquanto louco ou são, homem de bem ou criminoso (REVEL, 2005).

De outra maneira, todas as investidas de poder sobre o sujeito que ocupa um lugar no discurso, dá-se por um processo de objetivação. Foi assim no saber médico de que Foucault trata, na história da loucura, ou em razão dos dispositivos, ao que Foucault (1979) atribui um caráter institucional. Segundo ele, o dispositivo seria um tipo de formação vigente em um determinado momento histórico e que teria como principal função responder a uma urgência. Assim, o dispositivo “está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligada a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam” (FOUCAULT, 1979, p.246). O que significa dizer que ao mesmo tempo em que o poder investe sobre o sujeito do discurso é de igual modo por ele condicionado. Isso advém principalmente da maneira pela qual Foucault concebe as relações de poder. Conforme ele mesmo descreve “De fato, as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis” (FOUCAULT, 2010, p. 232). Por esse motivo, o poder não estaria na instância hierarquizante de governo, nem competiria a uma classe ou um única esfera de força, pelo contrário o poder se exerceria de modo difuso e circularia nas relações de enfrentamento, sendo portanto, um exercício indissociável dos discursos e dos sujeitos.

Daí os processos de subjetivação ocorrerem, como salienta Revel (2005), por três vias:

- Modos de investigação que buscam o estatuto de ciência como objetivação do sujeito falante ou produtivo;
- Práticas divisoras que dividem o sujeito no interior dele mesmo, ou relação aos outros para classificá-lo e objetivá-lo.
- Maneira pela qual o poder investe o sujeito ao se servir não somente de modos de subjetivação, mas inventa outros: jogos de “governamentalidade”.

É justamente no espaço da governamentalidade que se encontra um equilíbrio entre as técnicas de si, ou a subjetivação e o poder exercido sobre o sujeito, sua objetivação. Foucault (1994, p.3) chama de governamentalidade “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si”. Ou seja, o lugar da governamentalidade é aquele em que os sujeitos governam a si e aos outros, utilizando-se de estratégias, de relações de poder. Essa possibilidade é fruto do “advento da problemática da população”, segundo o qual a “arte de governar”⁵, deixa de ser pensada segundo um modelo de família e passa a ser pensada segundo o instrumento da população. A população é alvo e instrumento do governo, que por sua vez se volta para aspirações e interesses, quer individuais ou coletivos, e desenvolve dessa forma técnicas ou táticas para alcançar tais anseios (FOUCAULT, 1979). É a partir desse desbloqueio da “arte de governar” que as relações de poder e governamentalidade se voltam para a população, não como uma soma de pessoas, mas como “objeto construído pela gestão política dos indivíduos” (REVEL, 2005), e buscam intervir sobre as estratégias que os sujeitos se utilizam para escapar de todo sistema de dominação. “As tecnologias governamentais concernem, portanto, também ao governo da educação e da transformação dos indivíduos, aquele das relações familiares e aquele das instituições” (REVEL, 2005, p. 55).

É diante de tais axiomas que podemos supor nas relações de governo, nas investidas de poder, uma realidade social, ou uma condição sócio histórica que regula as relações dos sujeitos do discurso, em sua objetivação/subjetivação. Atentemo-nos para essa condição no discurso abaixo:

⁵ Para Foucault existem diferentes formas de governo, como as basicamente definidas por La Mothe Le Vayer como o governo de si mesmo, relacionando-se à moral; a arte de governar adequadamente uma família, no que tange à economia; e a ciência de bem governar o Estado, que diz respeito à política. Todavia a maior preocupação da definição de governo foucaultiana é a de definir uma forma particular de governo que se aplica a todo o Estado e para Foucault, todas essas “artes de governar” postulam uma continuidade entre si. (FOUCAULT, 1979)

Figura 6



Postagem realizada pelo “Usuário E” no dia 25 de dezembro de 2012. Extraída a partir da página: <https://www.facebook.com/>.

Na figura, a relação familiar é gerida sob uma perspectiva diferenciada na rede social. O sujeito do discurso não aceita família no “Face”, ele estabelece novas estratégias para lidar com a instituição familiar através do Facebook, ele age sobre o si e regula o outro (família), justamente porque existe ainda um terceiro que age sobre ele e lhe serve de estratégia, o Facebook.

Desse modo, o sujeito se subjetiva pela rede social e objetiva a relação familiar, é também objetivado pelo próprio Facebook. Observemos que no discurso, a criança é aquela que se utiliza das estratégias de governo, o que demonstra a possibilidade de um poder que não se relaciona com a hierarquia social, ele não vem do pai sobre o filho, mas ao contrário, surge na tutela de alguém aparentemente “incapaz” de exercer poder, alguém que ainda faz “uso de fraldas”, afastado de uma “autonomia” socialmente reconhecida.

E qual a ferramenta que, portanto, permite a subjetivação desse sujeito, que o possibilita assumir o poder no discurso, que o afasta da margem “incapaz” e socialmente “submissa”? A própria rede social. A criança, claramente, abandona o brinquedo para se apropriar de uma outra técnica, o Facebook. Se pensarmos que o brinquedo é o meio de “subjetivação” infantil, notaremos a substituição desse por aquele como forma de se constituir um novo sujeito.

Não há, todavia, uma “classe” privilegiada no uso da rede social. O que percebemos é que a diferenciação está nas técnicas de uso, ou seja, na maneira de cada um subjetivar-se/objetivar-se. O sujeito existe e se constitui na prática discursiva, no Facebook.

Por isso, a partir de tais pressuposições, busca-se investigar práticas, ou técnicas discursivas, onde o sujeito se constitui e é constituído (objeto) por um outro. Quem seria esse outro? E é para mitigar essa indagação que essa pesquisa insere o Facebook não somente

como um espaço de práticas discursivas, mas como o que emerge em uma formação discursiva como objeto desses discursos que analisamos.

2.3 SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO FACEBOOK E A CULTURA DA MÍDIA

Quando se põe a questão do sujeito foucaultiano sobre uma ótica pós-moderna, voltada para um contexto midiático, é preciso problematizar esse sujeito e também sua objetivação.

De acordo com Douglas Kellner (2001) os sistemas audiovisuais e de imprensa, entre outros, constituem a chamada “cultura da mídia”. Tal cultura, através da veiculação de imagens, sons e espetáculo “ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade” (KELLNER, 2001, p.9).

A identidade enquanto individualizante, já é algo que descartamos do viés de análise dessa pesquisa. Kellner (2001, p. 311-312) destaca que “a identidade pós-moderna tende mais a ser construída a partir de imagens de lazer consumo do que as identidades modernas e que tende a ser mais instável e sujeita a mudanças”, além de ser cada vez mais mediada pela mídia. Essa identidade é no entanto, para muitos pesquisadores como Baudrillard (1983) e Jameson (1983, 1991) uma implosão de sujeitos que resulta em uma identidade massificada (KELLNER, 2001). Semelhante a essa posição encontraremos as contribuições de Pierre Lévy (1996) ao tratar de inteligência coletiva.

Acerca da participação da mídia nessa construção, para Kellner (2001), apesar das novas formas de indústria cultural como o cinema, rádio, revistas, histórias em quadrinhos, propagandas e imprensa, descritas por Horkheimer e Adorno (1972), terem começado a colonizar o lazer e ocupado o centro do sistema de cultura e comunicação, a cultura da mídia, propriamente dita, é um fenômeno histórico relativamente recente. Principalmente no que tange à tecnologia computacional, Kellner (2001) aponta para duas problemáticas que envolvem esse novo advento da comunicação: por um lado, essas novas tecnologias permitem maior diversidade de escolha, possibilitam a autonomia cultural e a maior abertura para a interação entre outras culturas e ideias, por outro, todavia, essas ferramentas propiciam novas formas de vigilância e controle, bem como criam formas de minar as energias políticas e manter as pessoas bem guardadas em suas casas.

Contudo, essa pesquisa busca elucidar questões contrárias à noção de dominação ou alienação política como poderemos constatar adiante em uma das análises. Mas, vale salientar

que assim como afirma Kellner as novas tecnologias são sim, eficientes instrumentos de controle, que no entanto, permitem como ressalta Foucault (2010) a existência de escapatórias.

A veiculação de imagens realizadas através das tecnologias se dá portanto, por meio dos discursos, revelados pela e na linguagem.

Como salienta Xavier (2011, p. 32):

A linguagem teve e tem, portanto, um papel determinante para eclosão da evolução tecnológica pelo qual passou, passa e passará a humanidade. [...] Cabe à linguagem a responsabilidade de coordenar o processamento dos dados acessados pela percepção ativada e transmitida pela rede neural (audição, visão, tato, gustação e olfato). Ela orienta o tratamento cognitivo que tais dados receberão seja do raciocínio, seja da memória, seja da imaginação.

Dessa maneira, o discurso do Facebook é um fenômeno social, capaz de denotar os sujeitos discursivos e suas relações de dizer, implícitas naquilo que dizem, para quem dizem e na forma como o dizer acontece:

Segundo Voloshinov (1976), a interação verbal é a realidade fundamental da linguagem. A palavra é um ato de duas caras: está tão determinada por quem a emite como por aquele para quem é emitida. É produto de relação recíproca. Uma palavra é território partilhado pelo emissor e pelo receptor (ORLANDI, 1996, p.150).

A palavra, contudo, é dita de alguma sorte sobre um plano social específico. Afirma Orlandi (1996, P.151) que:

há tensão, confronto, reconhecimento e mesmo conflito na tomada da palavra. Há tensão entre o texto e o contexto (social, histórico-social). Há tensão entre interlocutores: tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações. E se há sentido em se falar em dois “eus” é no sentido de que há conflito na constituição dos sujeitos.

Falar pressupõe um outro a quem se fala, uma organização na qual se fala. O dizer é elaborado para a existência de um outro e é possivelmente dessa forma que o sujeito se constitui, não para ele mesmo, mas em função de algo ou alguém que lhe é exterior. Em “A ordem do discurso”, Foucault (1996) trata de ressaltar que todo discurso é selecionado, organizado e direcionado socialmente, segundo as instituições de poder. Daí a necessidade de se pensar o Facebook, segundo um discurso selecionado e organizado.

Há então, uma demonstração das necessidades sociais de transformação dos sujeitos que utilizam as redes sociais para práticas discursivas. Xavier (2001) fomenta que toda tecnologia é criada e desenvolvida para resolver os problemas de limitações físicas e

intelectivas do homem. Para o autor, a tecnologia potencializa ações e abstrações dos sujeitos e garantem benefícios como rapidez, eficiência e abrangência no espaço e no tempo em que os sujeitos se encontram seja de maneira real ou virtual.

Acerca do que é virtual, Pierre Lévy (1996) adverte, que a virtualidade não é necessariamente ausência da existência, nem opõe o real, pois a virtualidade existe na potência de um acontecimento, na sua possibilidade, assim como o real se assemelha ao possível, definido por Deleuze, ou seja, na problemática da existência, está a própria existência que espera por um acontecimento. Para Lévy, a oposição do virtual está justamente na denominação do atual, que significaria esse acontecimento, ou a resolução dessa problemática. Assim, a “atualização é criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e de finalidades” (LÉVY, 1996, p. 16), enquanto a virtualização corresponde ao “movimento contrário da atualização”, ou à “elevação à potência” de uma entidade, onde se descobre uma problemática geral ao qual uma entidade está relacionada e por consequência redefine a atualidade de partida dessa entidade e portanto, sua existência.

Desse modo, Lévy mostra de que maneira a (re)criação de espaços determinou o modo com o qual a comunicação e a inteligência circulam na sociedade. Para ele o primeiro grau da virtualização é a invenção de novas velocidades pela problematização dos espaços e do tempo em que vivemos, seja através da construção de ferrovias, telefones ou redes digitais, que alteram ritmos, e qualidades históricas. A outros graus da virtualização correspondem, segundo Lévy, o da desterritorialização, onde os lugares se confundem e as fronteiras indeterminam o público e o privado, pois:

As coisas só têm limites claros no real. A virtualização, passagem à problemática, deslocamento do ser para a questão, é algo que necessariamente põe em causa a identidade clássica, pensamentos apoiados em definições, determinações, exclusões, inclusões e terceiros excluídos. Por isso, a virtualização é sempre heterogênesse, devir do outro, processo de acolhimento da alteridade (LÉVY, 1996, p. 25).

Por conseguinte, o processo de virtualização abriga a necessidade de um devir do outro, de uma pluralização que se constrói a partir da noção de coletivo, onde os indivíduos não pensam sozinhos, mas em um diálogo ou multidialogo real ou imaginado, situado por sua vez em comunidades vivas com suas heranças, conflitos e projetos (LÉVY, 1996). Essa coletividade que para Pierre Lévy (*apud* COSTA, 1993) constitui o pensamento de todo e qualquer sujeito (individual ou não), exatamente porque o sujeito do pensamento, pensa em interação com os outros, outras instituições, pensa numa cultura repleta de instrumentos

tecnológicos, designa de modo conciso o que se entende pela natureza dos discursos em mídia, particularmente nas redes sociais, onde os limites entre o público e o privado são cada vez mais imprecisos e historicamente dispersos.

Em outras palavras, “a dimensão social da inteligência está intimamente ligada às linguagens, às técnicas e às instituições, notoriamente diferentes, conforme os lugares e as épocas” (LÉVY, 1996, p.99). Assim, é no aparecimento do discurso, que se revelam suas dimensões sociais, suas regulações e os seus objetos. Ou como diz Deleuze (*apud* LÉVY, 1996, p. 106), “o interior é uma dobra do exterior”, o sujeito, é além dele mesmo o mundo no qual está inserido. Mas, onde o Facebook se constitui objeto de um discurso?

Para Lévy, nas “comunicações todos-todos”⁶, o encontro entre as pessoas não se dá principalmente pelos seus nomes, posições geográficas ou sociais, mas segundo centros de interesses. Numa analogia em que o autor faz ao estádio, ele compara o objeto à bola, onde os jogadores, operando cada um de maneira diferente, constroem toda uma realidade, um jogo, organizado em torno de um objeto existente, a bola. Ao mesmo tempo em que a bola gira entre os sujeitos individuais, permitindo a cada um mostrar-se a sua maneira, é ela também o objeto de ligação do coletivo, da dinâmica desses sujeitos. Assim, a circulação da bola suspende qualquer hierarquia, ao que se assemelha a conceituação de Foucault (2004) às relações de poder.

Segundo Lévy (1996, p. 125), “Reconhece-se o objeto através de seu poder de catálise das relações sociais e de indução da inteligência coletiva”. Por isso, o Facebook se configura objeto ao ser o centro de interesses que possibilita a produção de discursos e porque imprime em si as subjetividades, ou os processos de subjetivação.

Logo, o sujeito não é somente o indivíduo (pessoa), mas ele é também deslocado no discurso, é descontínuo na história, é coletivo e aparece conforme a produção de poder, ou de autonomia (política). Mas o que teria a ver a política e o poder com as técnicas, que surgem como atividades desenvolvidas pelos sujeitos sobre o si? Acho aqui imprescindível o destaque dado por Jorge Vasconcellos à participação de Foucault nos tempos presentes e a relação entre subjetivação/subjetividade, poder e política. Para o autor, no presente como sendo um espaço de intervenções, invenções, práticas discursivas de saber-poder, produção de subjetividade, lutas por autonomia e liberdade:

⁶ Para Lévy (1994) existem três tipos de comunicação: Um-Um, como acontece através dos telefones, Um-Todos, em que há um emissor para vários receptores, como as televisões e as comunicações “Todos-Todos”, que são novos dispositivos de comunicação que podem ser assistidas através da Internet, nos *chats*, nas conferências e fóruns eletrônicos, nos mundos virtuais, sistemas de trabalho e aprendizagem cooperativos, entre outros, onde a informação interage entre um conjunto de usuários.

O pensamento de Foucault, nesse sentido e sob essa perspectiva é um pensamento notoriamente político. Uma política pensada como instauração de resistências às tecnologias do poder e aos modos de subjetivação aos quais os indivíduos são tornados sujeitos em nosso tempo presente (apud QUEIROZ, 2007, p. 15).

E aqui é interessante observar o que Pierre Lévy (*apud* COSTA, 1993) fala a respeito da participação da tecnologia nesse contexto sócio-político-discursivo, se assim pode-se dizer. Em uma entrevista concedida em 1992 ao livro “Limiares do contemporâneo” de Rogério Costa, Inicialmente Pierre Lévy expõe o que definiria por técnica, como sendo os instrumentos resultantes das transformações da organização do saber, da comunicação, do potencial do indivíduo, onde a informática é um exemplo ilustre. Tal técnica é chamada por ele de tecnologia intelectual. Ressalta ainda que essas tecnologias não se detêm apenas ao instrumento informática, mas a própria linguagem já é essa tecnologia, assim como o são algumas estruturas sociais e a própria escritura. (LÉVY *apud* COSTA, 1993) Então o que se tem é uma combinação ideal entre aquilo que Foucault designa técnicas de si e o “conjunto” discursivo ao qual esse trabalho se presta a analisar.

Mas não param por aí as contribuições dadas por Pierre Lévy. Se as técnicas de si de Foucault, são vistas como instrumentos de subjetivação permeadas e permeantes das relações de poder e autonomia, e as tecnologias intelectuais de Pierre Lévy (*apud* COSTA, 1993) são as formas de se reorganizar o pensamento, o saber e a comunicação, pode-se pressupor, que tecnologias intelectuais são, possivelmente, técnicas de subjetivação. Temos então a transformação de elementos aliados de um e de outro lado teórico (o que na verdade não assumem necessariamente posições opostas) na presente pesquisa: o discurso e o objeto – rede social.

Essa ligação não é de todo coincidente apenas. Foucault (1996, p.9-10), ao tratar do discurso, afirma de modo determinante:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo, é também aquilo que é objeto do desejo; e visto que [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar.

Dentro dessa perspectiva, buscaremos a seguir analisar algumas práticas discursivas em que as relações políticas e de poder funcionam de modo intrincado através do Facebook.

3 O FACEBOOK E AS ESTRATÉGIAS DE CONSTITUIÇÃO

O presente capítulo busca analisar o Facebook como um espaço estratégico de constituição do sujeito, bem como procura nesse processo de constituição as relações de poder que circundam o discurso e permitem aos sujeitos se subjetivarem/objetivarem. Inevitavelmente, a análise recai também sobre a natureza política dos sujeitos, uma vez que no processo de constituição, está-se a todo momento em relações de governamentalidade e de estratégias de resistência e poder.

Quando tratamos do Facebook enquanto espaço, cabe especificar a qual significado do termo nos atemos. Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2005), a denominação de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Para ele o espaço é parte de uma realidade, é multidimensional e se manifesta enquanto um todo por seu caráter de completitude. Como afirma:

o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços. (FERNANDES, 2005, p. 4).

Desse modo, o Facebook se encontra enquanto um espaço virtual, ou ciberespaço, que por ser parte de um espaço maior, é multidimensional e acaba por revelar outros espaços que se ligam a ele enquanto uma produção social.

Para Lévy (1994), o ciberespaço é um espaço virtual que permite à comunidade conhecer a si mesma e ao seu próprio mundo, já que essas são duas faces de uma mesma coisa. Semelhante a essas definições, ao tratar de formação discursiva Foucault (1987) nos sugere a noção de espaço no discurso quando afirma que a unidade de um discurso se encontra no espaço onde diversos objetos se perfilam não por uma permanência ou singularidade, mas por dispersão. Assim, Foucault nos leva ao conceito de formação discursiva, em que a “unidade” seria para ele possível.

O Facebook então é um provável espaço de formações discursivas, onde uma regularidade de enunciados se posicionam, funcionam e transformam-se, como podemos perceber ao longo das análises e exemplos elencados nessa pesquisa.

É ainda mais interessante constatar que essa descontinuidade e o seu aparecimento no discurso através do Facebook é uma característica indissociável do ciberespaço, por sua natureza “coletiva”, multidimensional. Ao tratar sobre os impactos da criação da Internet e

dos ciberespaços, Pierre Lévy (1994) nos incita a redirecionar o olhar sobre o aspecto da informação, apontando três principais mudanças resultantes do espaço virtual:

- 1°. Se antes o leitor se deslocava diante do texto, agora, nos ciberespaços, o texto, como um caleidoscópio, é quem dobra e se desdobra diante do leitor.
- 2°. Tanto a escrita quanto a leitura vão mudar o seu papel, pois o espaço virtual introduz a ideia de que toda leitura é uma escrita em potencial, ou seja, pode ser transformada, ou atualizada.
- 3°. Os textos sofrem uma desterritorialização, eles se tornam matérias como se fossem fluxos, sem um suporte fixo, justamente porque no seio do espaço cibernético qualquer elemento tem a possibilidade de interagir com outro elemento presente.

Assim, quando tratamos do Facebook, ligamo-lo ao seu caráter discursivo regularizado pelo uso social que dele se faz. Nessa rede, os sujeitos se inscrevem não somente como sujeitos de discurso, mas sujeitos aos discursos, dispersos socialmente e manifestados sobre um novo espaço vigente em nossa cultura, uma espaço virtual, midiático. Conforme enfatiza Gregolin (2007, p. 13): “A articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso enriquece dois campos que são absolutamente complementares, pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentido”.

Por essa via, consideremos que a produção de sentido, ocorre através da sua materialização no discurso. O Facebook se apresenta como um espaço de confluência da vida social e sua organização, pois como fomenta Lévy (1994, p. 4): “O ciberespaço se encontra também na origem de uma nova arquitetura, de um novo urbanismo Poderíamos até dizer de uma nova política”. O Facebook é ainda, enquanto espaço virtual aquilo que Lévy (1994) chama de “equipamento coletivo de subjetivação”.

3.1 O DESEJO DE CONSTITUIR-SE – A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE GOVERNAMENTALIDADE

Trabalhar, viver, conversar fraternalmente com outros seres, cruzar um pouco por sua história, isto significa, entre outras coisas, construir uma bagagem de referências e associações comuns, uma rede hipertextual unificada, um contexto compartilhado, capaz de diminuir os riscos de incompreensão (LÉVY, 1993, p.44).

A rede social se circunscreve na natureza hipertextual de que trata Pierre Lévy. Nessa rede, a subjetividade/objetividade não possui fronteiras bem definidas. O que existe na

realidade é um espaço de renegociações, reconstruções, associações coletivas. Para Gregolin (2007, p. 21): “A subjetividade não se situa no campo individual, mas no de todos os processos de produção social e material e, conseqüentemente, o sujeito moderno é um consumidor de subjetividade: ele consome sistemas de representação, de sensibilidades”.

Essa subjetividade, insere-se num contexto técnico, no qual os sujeitos “negociam” no discurso a tomada de posição. Essa análise, portanto, não trata de um aparelho monopolista que regula e ordena as representações difundidas, e sim de um espaço, em cuja técnica (sendo o espaço a própria técnica) reinventa os lugares de ordem e poder no discurso, reformula estratégias e práticas de constituição. Conforme Lévy (1993, p. 7):

a imagem da técnica como potência má, inelutável e isolada revela-se não apenas falsa, mas catastrófica; ela desarma o cidadão frente ao novo princípio, o qual sabe muito bem que as redistribuições do poder são negociadas e disputadas em todos os terrenos e que nada é definitivo.

Assim, vejamos as materialidades a seguir:

Figura 7



Postagem realizada pelo “Usuário F” no dia 31 de maio de 2013.
Extraída a partir da página: <https://www.facebook.com/>.

As pistas discursivas nos levam a leitura de que a vida social está intimamente ligada à rede, segundo a crítica realizada. Observemos que o discurso se circunscreve no exagero, na graça e na crítica, pelo desenho sobreposto ao canto inferior direito, onde um boneco sorri de

modo descomedido. O enunciado nos mostra a relação entre um fato social cotidiano e um outro fato relacionado ao uso do espaço virtual. A crítica aponta para uma necessidade de dizer através do ciberespaço aquilo que se passa em um “outro” âmbito, interligando ambas “realidades”.

Lévy (1993) enfatiza que as tecnologias intelectuais, enquanto formas de reorganização social, constituem o sujeito não apenas do lado de “fora”, mas também “entre”, uma vez que: “Os coletivos cosmopolitas compostos de indivíduos, instituições e técnicas não são somente meios ou ambientes para o pensamento, mas sim seus verdadeiros sujeitos.” (LÉVY, 1993, p. 11).

O Facebook não apenas mediatiza os sujeitos, ele é constituído por fragmentos de diversos atores sociais, alimentado por outras subjetividades, objetivando-os. Ainda conforme Lévy (1993, p. 106):

Os atores desta rede não param de traduzir, de repetir, de cortar, de flexionar em todos os sentidos aquilo que recebem de outros. Pequenas chamas evanescentes de subjetividade unitária correm na rede como fogos fátuos no matagal das multiplicidades, subjetividades transpessoais de grupos.

O que vemos no discurso acima é a construção de um “coletivo”, e a intensa necessidade de se constituir diante de um outro. O que não significa todavia, a configuração de uma identidade unitária, pois não há alguém que pensa, mas “uma rede que pensa de forma múltipla.” (LÉVY, 1993).

Pensemos agora, em alguns outros elementos que compõem o fragmento discursivo. Há uma mulher em um trabalho de parto, com um *notebook* em mãos, acessando a rede social Facebook. Ela se encontra em uma sala de cirurgia na presença de um suposto médico e de uma enfermeira.

Primeiro, a presença de um instrumento tecnológico com a finalidade de acesso a uma rede social durante um trabalho de parto, induz a uma figuração de como essas tecnologias e redes têm influenciado a vida das pessoas e tomado proporções cada vez maiores no que diz respeito a sua utilização. Isso ocorre, provavelmente, pela dimensão que a rede assume e influencia os indivíduos de uma maneira geral. Como afirma Lévy (1993), há uma interiorização muito forte das tecnologias intelectuais, os sujeitos são capazes de pensar porque essas tecnologias existem e:

estas coisas do mundo, sem as quais o sujeito não pensaria, são em si produto de sujeitos, de coletividades intersubjetivas que as saturaram de humanidade. E estas

comunidades e sujeitos humanos, por sua vez, carregam a marca dos elementos objetivos que misturam-se inextricavelmente à sua vida, e assim por diante, ao longo de um processo em abismo no qual a subjetividade é envolvida pelos objetos e a objetividade pelos sujeitos (LÉVY, 1993, p. 107)

Em segundo, a fala inicial: “Doutor é menino ou menina?” e a presença do médico, inscrevem no discurso o aspecto do poder perante a instituição. O saber da medicina ratifica as relações de poder dizer, mesmo que os espaços não sejam inteiramente do seu “domínio”. Existe portanto, uma seleção do dito, sua organização, antes de ser ele direcionado. Foucault (1996) revela as posições ocupadas no discurso enquanto relações de poder quando afirma que nem todos têm o direito de dizer tudo.

O poder é algo que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder (FOUCAULT, 2010). Nesse caso, a ciência médica assume esse lugar de poder, justificando-se a partir do saber científico.

Terceiro, o elemento constitutivo do enunciado: “Tenho de postar no facebook” denota não somente uma autorização por parte de um saber, ou poder dizer, mas uma obrigação, manifestada pela expressiva apreensão da personagem e seu imediatismo. Mas de onde deriva essa obrigação? Quem controla ou impõe essa condição para o discurso? De que natureza é a prática discursiva que se busca efetivar através do Facebook?

Quando retomamos a técnica da *exagoreusis* de que trata Foucault (1994), vemo-nos diante da obrigação do ato de confessar o que se esconde, ou de outro modo, de tornar público o que é particular. No entanto, se no século IV essa forma de confissão surge como renúncia do sujeito a si mesmo, a sua vontade, através da verbalização dos pensamentos a uma figura que representa a instituição religiosa, no atual discurso a obrigação de dizer se remete a uma nova instituição, à rede social, e acontece segundo uma técnica de subjetivação, ou seja, uma ação sobre o si mesmo. Segundo Lévy (1993, p.87):

Uma vez que são convencionais e historicamente datadas, é claro que as tecnologias intelectuais (a escrita, a informática...) são instituições. Embora talvez se aceite que toda instituição seja considerada como uma tecnologia intelectual.

Contudo, não é suficiente observar o discurso, é preciso reconhecer o sujeito que se constitui a partir de uma hiperbolização ao uso das técnicas de subjetivação, mas ao mesmo tempo se subjetiva, ao revelar pela mesma via o que se pensa acerca desse uso. Ao se manifestar, no entanto, o sujeito também torna visível o processo de objetivação sobre a qual as próprias técnicas de si operam, uma vez que o agir sobre o si mesmo implica no discurso uma obrigação de dizer a outro, o sujeito é objetivado pela própria tecnologia intelectual.

Funda-se dessa maneira uma identidade que carrega traços da modernidade e ao mesmo tempo da pós-modernidade. Pois segundo Riesman (apud Kellner, 2001, p. 296):

na modernidade, o outro é um constituinte da nossa identidade; por conseguinte, nos últimos tempos, é bem comum a personagem determinada pelo “outro”; ela depende dos outros para o reconhecimento e, portanto, para o estabelecimento da sua identidade pessoal.

Ao mesmo tempo, essa identidade pessoal é dissolvida, massificada, dispersa, a partir da cultura midiática, conforme Baudrillard e Jameson (*apud* Kellner 2001). A esse respeito, Lévy (1993, p. 62) reforça esse caráter da identidade disforme via atividade digital ao afirmar que: “Não há identidade estável na informática porque os computadores, longe de serem os exemplares materiais de uma imutável idéia platônica, são redes de interfaces abertas a novas conexões, imprevisíveis, que podem transformar radicalmente seu significado e uso”.

Percebe-se, desse modo, que a realidade do discurso recortado não consiste somente na fundação de um sujeito unificado no seu dizer, mas disperso em uma realidade social “tecnologizada”, em cujo processo de subjetivação/objetivação se mostra uma ferramenta de modificação cultural e identitária. O sujeito constitui a si e aos outros concomitantemente e são as técnicas, estratégias que permitem a construção de espaço de governamentalidade.

Existe, desse modo, aparentemente uma ordem social que regula o dizer e que aponta uma forma de governo de si e do outro, de estratégias de poder, daquele que ironiza e daquele que é ironizado no discurso, mostra jogos de verdade latentes à conjuntura social do discurso, mas essa ordem é naturalmente virtual. Virtualidade essa que compreende, como fundamenta Lévy(1996), a “potência de um acontecimento”, sua possibilidade. O que significa também pensar que essa possibilidade pode ser transformada e atualizada a todo momento.

Vejamos, por exemplo, como essa ordem discursiva se atualiza no fragmento abaixo.

Figura 8

"Rede social não é lugar para desnudar a alma. Publique idéias, mas guarde o coração para quem está perto o suficiente para olhar em seus olhos. Quem joga sua alma no ventilador da Internet corre o risco de nunca mais juntar seus pedaços. Preserve-se. Intimidade não é para 'amigo de Facebook'. É para amigos de Face a Face."

Dra. Vanessa Bentes Moreira - Psicóloga

Postagem realizada pelo "Usuário G" no dia 8 de fevereiro de 2013.
 Extraída a partir da página: <https://www.facebook.com/>.

Notamos, através desse discurso, que há um posicionamento do sujeito em relação ao “poder dizer”, cuja preocupação está voltada para a “fragmentação identitária” do sujeito, o que se caracteriza por uma estratégia de resistência à coletividade e à ordem do discurso midiático.

O sujeito do discurso afirma que a rede social é apenas lugar para se “publicar ideias” e não para “desnudar a alma”. Quando vamos novamente ao encontro das técnicas de si e do outro, tratadas por Foucault (1994), deparamo-nos com uma realidade em que ao se fazer alusão não somente aos pensamentos, mas aos sentimentos mais ínfimos, o sujeito realiza uma hermenêutica de si e do outro (mestre), como uma das práticas comuns à filosofia estoíca. A respeito dessa prática, reflete Foucault (1994, p. 20):

Em que a confissão é capaz de assumir essa função hermenêutica? Como podemos tornarmos em hermeneutas de nós mesmos, ao exprimir, verbalmente ou por escrito, todos os nossos pensamentos? A confissão confere ao mestre, cuja experiência e sabedoria são maiores, um saber, que assim o permite ser um conselheiro melhor. Mesmo se, em sua função de poder discriminante, o mestre não diz nada, é como se o pensamento exprimido tivesse um efeito discriminante.

Quem seria, então, o mestre com para quem os usuários da rede social revelam os segredos mais íntimos da alma? Poderíamos afirmar que são conselhos o que os esses sujeitos esperam? Nada disso pode estar de alguma forma delimitado nessas práticas discursivas. O que podemos visualizar é a existência de um outro para quem se tem a necessidade de dizer para constituir-se. Foucault (1994) deixa claro que na verbalização de si, o sujeito confere

saberes ao “mestre”, ou seja, esses saberes também se incluem na revelação da alma através das práticas discursivas na rede social. Tudo isso nos mostra de que maneira, possivelmente, a identidade é, de algum modo, coletiva, constituída de fragmentos e redirecionadas ao mestre, que pode até certo ponto ocupar o próprio lugar do Facebook.

Mas, o que o sujeito do discurso afirma é que a rede social não é esse lugar adequado para o uso de tais práticas, que o “amigo do Facebook” não é o amigo ideal para estabelecer esse tipo de relação discursiva, que no espaço digital, “corre-se o risco de jogar os pedaços de si em um ventilador e nunca mais poder juntá-los novamente”.

Toda essa resistência em ser objetivado por um outro, demonstra o processo de subjetivação é da ordem da relação liberdade/poder, assim como ressalta Foucault (2004) que só há poder onde houver liberdade. Dessa forma as práticas de subjetivação/objetivação se evidenciam enquanto estratégias de lidar com os poderes que circulam no discurso.

É importante ainda observar de onde vem a ordem do discurso destacado. A assinatura no texto discursivo confere origem do dizer a uma psicóloga. A Psicologia, atua nesse discurso a partir de uma natureza institucional do dizer, pois não é qualquer um que diz. E aquele que diz aparece ratificado pela figura da ciência, ou do saber.

Há portanto, na técnica de verbalização utilizada pelos sujeitos um movimento que também escapa a esse discurso institucional e que consolida a necessidade de uma identidade composta dispersivamente em relações de poder dizer.

Se, por sua vez, as práticas discursivas no Facebook revelam uma identidade constituída coletivamente por relações de poder, isso confere a essas práticas uma natureza política, já que:

Quer sejam consideradas como naturais ou como frutos da atividade humana, as coisas, ao passar de um ator a outro, são alternativamente fins e metas, elementos objetivos da situação ou dispositivos a serem transformados e destruídos. As coisas, todas as coisas, seguindo o espectro completo de suas significações e de seus efeitos (e não somente enquanto mercadorias), mediatizam desta forma as relações humanas. Eis por que a atividade técnica é intrinsecamente política, ou antes cosmopolítica (LÉVY, 1993, p. 36).

Busquemos, por essa razão analisar de que maneira as tecnologias da informação se associam politicamente ao poder de modo a oferecer subterfúgios para exercício do governo de si e dos outros à medida que estabelece entre o dizer e o fazer uma condição de materialidade no discurso.

3.2 AS RELAÇÕES DE PODER E POLÍTICA NO DISCURSO DO FACEBOOK

Mais do que instituir o discurso “as práticas discursivas materializam as ações dos sujeitos na história” (GREGOLIN, 2007, p. 15). Isso se deve às estratégias de poder manifestadas através dos discursos. Enquanto instrumento “cosmopolítico”, o Facebook revela a materialidade dessas ações e encontra no conceito de “tecnodemocracia”, dada por Lévy a ilustração indispensável à análise do objeto que se segue. Para o autor:

Para tornar-se tecnodemocracia, não falta à tecnopolítica nada além de transcorrer também na cena pública, onde os atores são cidadãos iguais, e onde a razão do mais forte nem sempre prevalece. Renunciar à imagem falsa de uma tecnociência autônoma, separada, fatal, toda-poderosa, causa do mal ou instrumento privilegiado do progresso para reconhecer nela uma dimensão particular do devir coletivo, significa compreender melhor a natureza deste coletivo e tornar mais provável o advento de uma tecnodemocracia (LÉVY, 1993, p.120).

Entendamos porque a tecnodemocracia passa a integrar o rol de definições que compõem essa análise!

Figura 9



Postagem realizada pelo “Usuário H” no dia 18 de junho de 2013.

Extraída a partir da página: <https://www.facebook.com/>.

Esse discurso, remete-nos ao quadro social das manifestações no Brasil nesse mesmo mês. Os protestos tiveram como reivindicações as condições do transporte público brasileiro, a situação de corrupção política do país, questões relacionadas à saúde, educação, dentre outros fatores. O Movimento do Passe Livre (MPL), um movimento social brasileiro,

destacou-se na jornada de protestos iniciada na cidade de São Paulo e teve por objetivo defender a isenção de tarifas para o uso do transporte coletivo.

No entanto, as ocorrências na cidade de São Paulo, representaram apenas o gatilho que disparou uma onda de indignação social e que alcançou um pico de 3 milhões de pessoas nas ruas entre os dias 19 e 21 de junho, espalhadas por mais de 140 cidades (BRAGA, 2013).

Contudo, essas manifestações foram marcadas por uma identidade “diluída” na multidão. O que se assistiu foi a um grande número de reivindicações, por pessoas de todas as partes do Brasil. O movimento não pertencia a uma organização específica.

Mas o que mais nos chama a atenção ao recorrer a esses acontecimentos é a participação do Facebook na consolidação desse fenômeno histórico. Segundo Henrique Z. M. Parra (2013, p. 141): “A comunicação nas redes digitais manteve-se bastante distribuída, com muitos nós e centros de irradiação, tensionando com as versões veiculadas pelos meios de comunicação de massa”, e para o mesmo autor o Facebook, assim como outras tecnologias de mesma natureza “tendem a criar uma dinâmica de reforço das disposições que se tornam emergentes no interior de uma determinada rede de relações sociais” (PARRA, 2013, p.147).

Assim, estamos diante de um discurso que foi atualizado pela prática e constitui uma ferramenta de subjetivação/objetivação social. Vejamos na figura que um dos personagens traz o rosto coberto, o que caracteriza, além de fatos recorrentes nos próprios manifestos, a representação anônima do ato. Associado ao enunciado: “Nós não temos líderes!”, o discurso não-verbal nos leva a identificar a necessidade de fuga de um polo centralizado de poder e a natureza coletiva do sujeito que busca escapar à dominação.

Segundo Foucault (2004, p. 277):

nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse a possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação – não haveria de forma alguma relações de poder.

O que se vê no discurso é um sujeito que se organiza sob uma resistência. Entretanto, observando os demais enunciados que compõem o texto discursivo, deparamo-nos com o Facebook enquanto líder das manifestações. Então, retomamos uma importante questão: O sujeito realmente resiste ou é dominado por um dispositivo institucional, o Facebook?

Nesse sentido devemos recorrer a Deleuze (apud GREGOLIN, 2007, p. 18) ao definir a transição da sociedade “disciplinar” à sociedade de “controle”:

Na sociedade disciplinar o comando social é realizado por uma rede difusa de dispositivos, instituições (prisão, fábrica, asilo, escola etc.) que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas para a disciplina – esse paradigma de poder esteve na base de toda a primeira fase do capitalismo. Já na sociedade de controle (que se desenvolve nos limites da modernidade), os mecanismos tornam-se cada vez mais “democráticos”, cada vez mais interiorizados pelos sujeitos: esse poder é exercido por máquinas que organizam o cérebro (redes de informação) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas etc.).

Poderíamos concluir, inicialmente, que a afirmação de Deleuze nos faz supor um controle que se exerce do exterior do sujeito e portanto se apodera dele, pois o controla. Todavia, vale salientar que o Facebook enquanto líder da manifestação aparece não apenas como um objeto na relação discursiva, mas principalmente como técnica, estratégia para conduzir a si e o outro.

Afinal, não podemos esquecer que o sujeito que se constitui no Facebook é disperso, coletivo, sua identidade incorpora uma rede de outras identidades e passa a ser essa própria rede, e portanto, essa rede é um mecanismo “cada vez mais democrático”. Pois, como ressalta Lévy (apud COSTA, 1993, p. 61): “escolher quem vai ser o chefe ou não é de modo algum a democracia, a democracia é se encarregar coletivamente de nossa vida coletiva”.

Mas, o que é ainda mais impressionante observar sobre a implosão desse sujeito ao assumir o poder é o que traz mais uma vez Lévy (apud COSTA, 1993, p. 62):

Na organização hierárquica estatal clássica o que se passa é que o poder, aquele que está no topo da hierarquia, procura ter a visão a mais transparente possível sobre o sujeito, sobre os indivíduos. Os indivíduos, ao contrário, não têm uma visão transparente do coletivo, e muito menos do que organiza o conjunto da sociedade. [...] É talvez, justamente, porque o coletivo é opaco que ele se hipostasia, torna-se transcendente e assume o poder, pois como ele é opaco ao indivíduo e como cada indivíduo não tem mais a visão do conjunto, o indivíduo acaba por não ter condições de gerir as relações. [...] Hoje, pretendemos que é possível imaginar um sistema de comunicação que é a estrutura exatamente inversa, isto é, que dá a cada indivíduo a visão do coletivo, e isso em tempo real, deixando esse mesmo indivíduo inteiramente na opacidade.

Por isso, supomos que é na opacidade coletiva que o indivíduo faz uso do poder e o faz como sujeito de si e dos outros. O outro o permite gerir, mas também o objetiva, conforme trata Foucault sobre a governamentalidade. Daí, depende-se que o caráter do poder não se funda num sistema ideológico, ele circula socialmente transformando o sujeito em sujeitos políticos e de poder, na medida em que se valem de técnicas para sua constituição. Conforme salienta Foucault (2010, p.231):

As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há

milhares e milhares de relações de poder, e por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo. Se é verdade que essas pequenas relações de poder são com frequência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes de Estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder.

E qual(is) técnica(s) é(são) utilizada(s) no discurso analisado? O próprio uso do Facebook se constitui a técnica de registro de si, movido na Antiguidade pelo papel fundamental da escrita, conforme destaca (FOUCAULT, 1994). Na contemporaneidade essa escrita reaparece sobre a forma de textos verbais e não-verbais e se reifica nas práticas discursivas do Facebook.

Desse modo podemos pensar que o Facebook se constitui como um amplo instrumento de transformação social nos tempos presentes. A partir das técnicas desenvolvidas nos discursos, os sujeitos praticam uma subjetivação individual e coletiva, é também objetivado por outros discursos, bem como pela própria tecnologia intelectual: rede social. Esse sujeito exerce poder e política através das práticas discursivas, ao tempo em que é também resultado de outros sujeitos, outras relações de poder e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, analisamos as práticas discursivas do Facebook e as técnicas de constituição do sujeito, enquanto estratégias de poder e política nesse processo de constituição.

O poder, como desmistifica Foucault ao longo dessa pesquisa, não se relaciona ao aspecto negativo da dominação, nem está necessariamente vinculada a um aparelho ideológico que hierarquiza as práticas discursivas. Pelo contrário, nas relações de poder o que há são investidas estratégicas através do discurso. O sujeito do discurso do Facebook é aquele que se subjetiva/objetivando e vice-versa.

Além da questão do poder, a política emerge indissociável às análises, pelo próprio caráter técnico da rede social, que funciona enquanto instrumento de governo de si e do outro e enquanto uma ferramenta coletiva de subjetivação/objetivação.

Ao realizar esse estudo, uma das abordagens que melhor ilustrou a associação entre o poder e as redes sociais, foi aquela trazida por Pierre Lévy, ao tratar sobre o cyberspaço. O que diversas vezes, levou-nos a observar a proximidade entre as teorias desse e as foucaultianas, no que tange à natureza das técnicas.

Contudo, é preciso observar que todas as demais contribuições teóricas deram forma ao objeto de estudo e por vezes a abordamos de modo extenuante a fim de dar conta da maior parte dos conceitos que configuram essa pesquisa.

Assim, no primeiro capítulo, fizemos uma breve contextualização da disciplina da análise do discurso, seguido por um capítulo de delimitações de conceitos e espaço de análise para por fim apreendermos, na sua maior parte, as relações estabelecidas nos discursos estudados.

Pudemos perceber que as técnicas de si e do outro não só ajudam o sujeito a se constituir no discurso do Facebook como também faz da rede social um objeto, já que nele se inscrevem as subjetividades coletivas.

Se a princípio o problema dessa pesquisa buscou entender de que maneira a constituição do si e do outro se dá por meio dessas práticas e das técnicas que por sua vez estabelecem relações de poder e política, ao final, de modo instigante, as redes sociais se mostraram como um meio potencialmente capaz de provocar mudanças sociais e de viabilizar a “democratização” do discurso e das estratégias discursivas de um modo geral.

Entretanto, a presente análise não pretendeu de modo algum propor generalizações e construções de estereótipos. A análise não está pronta porque o discurso é sempre novo no seu

aparecimento. Novo, mas não necessariamente desconhecido. Cada análise se diferencia a partir da ótica do analista. Como afirma Orlandi (1996, p.179): “Não é de qualquer precisão que necessita a análise do discurso, isto é, essa precisão de se ter um lugar certo. Não há precisão em abstrato. Depende do ‘lugar’ de que se olha.”.

Portanto, sob a ótica da análise realizada, reconhecemos que o lugar a que chegamos é imprecisamente o lugar do sujeito discursivo. O estudo é também ele um discurso a ser analisado, é um espaço ocupado discursivamente em relação a outros espaços, é um olhar a ser olhado.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2ª Ed. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2004.

BRAGA, Ruy. *As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível*. OSAL, Observatorio Social de América Latina. N. 34, Ano XIV. 2013. Semestral. ISSN: 1515-3282. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf#page=52>> Acesso em 10 de junho de 2014.

CAMPANHA, Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <<http://paulavalenca.wordpress.com/2009/08/27/sofrimento/>>. Acesso em 10 de maio de 2014.

COSTA, Rogério da (org.). *Limiares do contemporâneo: entrevistas*. São Paulo: Editora Escuta, 1993, p. 51-71.

DEZERTO, Felipe Barbosa. Sujeito e sentido: uma reflexão teórica. Revista Icarahy, ed. 4. 2010. Disponível em: <http://www.revistaicarahy.uff.br/revista/html/numeros/4/dlingua/Felipe_Dezerto.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2013.

DREYFUS, H. L., RABINOW, P. Michel. *Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FACEBOOK. Postagens realizadas pelos usuários. Disponível em: <<https://www.facebook.com/>> Acesso em: dezembro de 2012, janeiro, fevereiro, maio e junho de 2013.

FERNANDES, C. A., SANTOS, J. C. dos (Org.). *Percursos da análise do discurso no Brasil*. São Carlos: Editora Claraluz, 2007, p. 47-68.

FERNANDES, B. M. *Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais*. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. Disponível em: <<http://educampoparaense.eform.net.br/revistamare/sites/default/files/files/Resumo%20-%20FERNANDES.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2014

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução: MACHADO, R. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Tradução: ALBUQUERQUE, M. T. da C. Revisão técnica: ALBUQUERQUE, J. A. G. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Gerais, 1985.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução: Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FOUCAULT, M. *As técnicas de si*. Traduzido a partir de FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994. Vol. IV, p. 783-813, por: Karla Neves e Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://cognitiveenhancement.weebly.com/uploads/1/8/5/1/18518906/as_tecnicas_do_si_michel_foucault.pdf>. Acesso em 18 de agosto de 2013.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução: MUCHAIL, Salma Tannus. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 8ª ed.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, v. 5.

FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. Organização e seleção de textos: MOTTA, M. de B. Tradução: RIBEIRO, V. L. A. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2006, 2 edição, p. 54-109.

GREGOLIN, M. do R. *Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades*. Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo, 2007, vol.4, n.11, p.11-25. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105>>. Acesso em: 7 de novembro de 2013.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradutores: MARIANI, B. S. (et al.). 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 13-38.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós moderno*. Tradução de Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LÉVY, P. *As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Tradução: COSTA, Carlos Irineu da. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. Disponível em: <<http://copyfight.me/Acervo/livros/LE%CC%81VY,%20Pierre.%20As%20Tecnologias%20da%20Intelige%CC%82ncia.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

LÉVY, P. *A emergência do cyberspace e as mutações culturais*. Palestra realizada no Festival Usina de Arte e Cultura, promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em Outubro, 1994. Tradução: ROLNIK, Suely. Revisão da tradução transcrita: BATISTA, J. OLIVEIRA, C. Equipe de criação 16/05/1998. Disponível em: <<http://www.caosmose.net/pierrelevy/aemergen.html>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2014.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* Tradução: NEVES, P. São Paulo: Editora 34, 1996.

MALDIDIER, Denise. Elementos uma análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de Leitura*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997, p. 15-27.

MALDIDIER, D. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do Discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Org.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 39-62.

OLIVEIRA, Mirian Ribeiro de. *A ideologia racista de cor no discurso midiático filhas do vento*. Revista Calidoscópio. V. 11, n. 2, p. 116-123. Maio/Agosto de 2013. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio>>. Acesso em 25 de outubro de 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PARRA, Henrique Z. M. *Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência*. PENSATA, Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, 2013, v. 3, n. 1, ano 3, Semestral. ISSN: 2237-678X, p. 141-150. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/11Parra-1.pdf>>. Acesso em 16 de março de 2014.

PÊCHEUX, Michel. Remontemos de Foucault a Spinoza. In: MALDIDIER, D. *L' iniquité du discours*. Londres: Paris, 1990, p. 245-260.

PEIXOTO, T. F. *A argumentação no contrato político eleitoral: o caso dos “apoiadores”*. 180 f. 2014. Dissertação de Mestrado em Análise do Discurso, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, MG: 2014.

PEIXOTO, T. F. *Uma análise do contrato de comunicação e das estratégias discursivas em panfletos político-eleitorais*. 52 f. 2010. Trabalho de monografia, Universidade Estadual da Bahia, Licenciatura em Letras Vernáculas, Caetitê, BA: 2010

QUEIROZ, A., CRUZ, N. V. (Orgs.). *Foucault hoje?* Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2005.

SARGENTINI, V., NAVARRO-BARBOSA, P. (Org.). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

XAVIER, Antonio Carlos (et al.). *Hipertexto e cibercultura: links com literatura, publicidade, plágio e redes sociais*. São Paulo: Respel, 2011.